



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
São Tomé e Príncipe

CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

(III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001)

Ano de Edição: 2003

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Características Educacional de População, RGPH-
2001. - São Tomé: INE, 2003, - 81 p.

DIRECTOR-GERAL

ALBANO GERMANO DE DEUS
Telefone: 00 239 221 982
E-mail: albano_ine@cstome.net

EDITOR

Instituto Nacional de Estatística,
Largo das Alfândegas, C. P. 256,
Telefone: 00 239 221 313
Fax: 00 239 221 982, São Tomé,
São Tomé e Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, Direcção de Estatísticas
Demográficas e Sociais,
Departamento de Censos e
Inquéritos

IMPRESSÃO

Gráfica de

ESCLARECIMENTO

HELDER SALVATERRA
Telefone: 00 239 223 590
E-mail: helder_ine@cstome.net

EQUIPA TÉCNICA

Autor: **VICTOR MANUEL S. BONFIM**
Revisor: **FREDERICO GUSTAVO DOS ANJOS**
Informático: **EUGÉRIO MONIZ**

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E BUREAU DO
RECENSEAMENTO - EUA)

ÍNDICE

Páginas

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	8
1. CONTEXTO DE ESTUDO	9
1.1 Contexto Político	9
1.3 Contexto Económico	9
Contexto Sociocultural	10
2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	11
3. ESTRUTURA DE GESTÃO DO SECTOR EDUCATIVO	11
A. DEFINIÇÕES DOS CONCEITOS E MÉTODOS DE ANÁLISE	13
B. ESCOLARIZAÇÃO	14
B.1. O SISTEMA EDUCATIVO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE	14
B.2. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	20
2.1. Efectivos Globais	20
2.2. População em Idade Escolar por Sexo e Idade	22
2.3. Procura Potencial e Oferta de Educação em STP	23
B.3. POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	25
3.1. Efectivos Globais	25
3.2. Frequência Escolar e Nível de Ensino	26
B.4. ANÁLISE GLOBAL DA ESCOLARIZAÇÃO	29
4.1. Taxas Globais de Escolarização	29
4.2. Taxa de Escolarização Específica por Idade e Sexo	31
B.5. ESCOLARIZAÇÃO NO PRIMÁRIO	32
5.1. Efectivos do Ensino Primário	33
5.2. Taxas Aparentes e Taxas Líquidas no Primário	34
5.2.1. A nível global	34
5.2.2. Variação regional	35
C. NÍVEL DE INSTRUÇÃO	36
C.1. AO NÍVEL GLOBAL	36

C.2. VARIAÇÕES REGIONAIS	37
3.1 Ausência de Instrução	38
3.2 Variações Regionais	39
3.3 Instrução Primária	40
3.4. Instrução Secundária	42
3.5. Nível de Ensino Superior	43
D. ALFABETIZAÇÃO	45
D.1 AO NÍVEL GLOBAL	45
D.2 VARIAÇÕES REGIONAIS	46
D.3 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE	47
D.4 ALFABETIZAÇÃO EM 1991 E 2001	48
E. LÍNGUA FALADAS	48
E.1 AO NÍVEL GLOBAL	49
E.2 VARIAÇÕES REGIONAIS	51
E.3 LÍNGUAS FALADAS POR SEXO E IDADE	52
CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	54
ANEXO	55

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas:

- 2.1 Evolução das despesas com educação, 1997-2000
- B.1 Repartição dos estabelecimentos escolares por tipo e distrito, segundo o nível de ensino
- B.2 Distribuição territorial de escolas, salas de aula, professores e bancos do ensino primário
- B.3 Distribuição de escolas, salas de aula, professores e bancos por nível ensino secundário
- B.4 Proporção da população em idade escolar em relação à população total de cada distrito por grupos etários específicos
- B.5 Repartição da população em idade escolar por grupo etário específico e sexo, segundo o Distrito
- B.6 Indicadores da pressão da demanda potencial sobre a oferta de educação (razios)
- B.7 Taxa específica de escolarização por sexo, segundo o meio de residência
- B.8 Efectivos dos alunos no ensino primário por sexo e idade, segundo o meio de residência
- D.1 Taxa bruta de alfabetização por sexo, segundo o meio de residência e distrito (1991/2001)

Gráficos:

- B.1 Distribuição territorial de escolas, salas de aula e professores do ensino primário (2001)
- B.2 Distribuição territorial de escolas, salas de aula e professores do ensino secundário(2001)
- B.3 Distribuição territorial da população em idade escolar
- B.4 Razão de sexo de população em idade escolar em 2001
- B.5 População em idade escolar por grupo etário específico e sexo, segundo o distrito
- B.6 População escolarizada por nível de ensino/nível de instrução
- B.7 Razão de sexo de população escolarizada em 2001
- B.8 Repartição de população escolarizada por sexo, segundo o nível de instrução
- B.9 População escolarizada por distrito, segundo a idade
- B.10 População escolarizada por sexo e idade, segundo o distrito
- B.11 Taxa global de escolarização por sexo e idade
- B.12 Taxa de escolarização por sexo e idade, segundo o meio de residência
- B.13 Taxa de escolarização por grupo etário específico, segundo o distrito
- B.14 Taxa de escolarização por sexo, segundo o distrito
- B.15 Taxa de específica de escolarização por sexo e idade, segundo o meio de residência
- B.16 Efectivos de alunos no ensino primário por sexo e idade
- B.17 Efectivos de alunos no ensino primário por idade, segundo o meio de residência
- B.18 Taxas aparentes e líquidas de escolarização por sexo, s/ o meio de residência (6-14 anos)
- B.19 Taxas aparentes e líquidas de escolarização por sexo, segundo o distrito (6-14 anos)

- C.1 Níveis de instrução global por sexo
- C.2 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução atingido por sexo, segundo o meio de residência
- C.3 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução, segundo o distrito
- C.4 Proporção (%) das pessoas sem nível de instrução, por sexo e idade
- C.5 Proporção (%) das pessoas sem nível de instrução por sexo e idade, segundo o meio de residência
- C.6 Proporção (%) das pessoas sem nível de instrução por sexo e idade, segundo o distrito
- C.7 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução primária por sexo e idade, segundo o meio de residência
- C.8 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução primária por sexo e idade, segundo o distrito
- C.9 Pessoas (%) com nível de instrução primária por idade, segundo o distrito
- C.10 Pessoas (%) com nível de instrução primária por idade, segundo o meio de residência
- C.11 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução secundária por distrito
- C.12 Pessoas (%) com nível de instrução secundária por idade, segundo o distrito
- C.13 Pessoas (%) com nível de instrução superior por sexo e idade, segundo o meio de residência
- C.14 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução superior por distrito
- C.15 Proporção (%) das pessoas com nível de instrução superior por idade, segundo o distrito

- D.1 Taxa bruta de alfabetização por sexo, segundo o meio de residência
- D.2 Taxa bruta de alfabetização por sexo, segundo o distrito
- D.3 Taxa de alfabetização por grupo etário, segundo o distrito

- E.1 Proporção (%) da população por línguas faladas a nível global
- E.2 Proporção (%) da população por línguas faladas, segundo o meio de residência
- E.3 Proporção (%) da população por sexo e línguas faladas, segundo o meio de residência

E.4 Distribuição (%) da população por línguas faladas, segundo o distrito

E.5 Distribuição (%) da população por línguas faladas, segundo a idade

SIGLAS E ABREVIATURAS

Ag	Agua Grande
Ca	Caué
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Ct	Cantagalo
H	Homem
HM	Homem-Mulher
ISP/STP	Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe
Lem	Lembá
Lob	Lobata
M	Mulher
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEJD	Ministério da Educação Juventude e Desporto
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
Mz	Mé Zóchi
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PCD-GR	Partido de Convergência Democrática- Grupo de Reflexão
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento
Pri	Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
STP	São Tomé e Príncipe
TAE	Taxa Aparente de Escolarização
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TLE	Taxa Líquida de escolarização
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

A Educação é um dos sectores muito importante da vida sócio-económica de um país. É um sector muito transversal porque diz respeito, de uma forma ou de outra, a todos os cidadãos. O desenvolvimento mais ou menos acelerado de uma sociedade depende em grande medida dos esforços que forem consentidos em prol da educação.

Confrontados, porém, com graves problemas de ordem económica e financeira, os países subdesenvolvidos têm investido pouco na educação e na formação dos seus quadros. Esta constatação pode constituir um motivo de preocupação, na medida em que num mundo cada vez mais global, se não houver potencialização das capacidades nacionais, haverá sempre e cada vez mais a dependência das competências estrangeiras, comprometendo-se assim o desenvolvimento.

A independência nacional trouxe, numa primeira fase, um incremento significativo da educação em São Tomé e Príncipe, tendo-se alcançado resultados muito positivos com a massificação do ensino, logo após 1975.

Todavia, passada que foi esta fase, a educação conheceu uma certa desaceleração e os indicadores mostraram alguma estagnação, senão mesmo retrocesso em alguns sub-sectores, como por exemplo, a alfabetização.

A transformação operada no país a partir de 1990, com a instauração de um regime democrático multipartidário e o estabelecimento do quadro de liberalização económica e dos princípios da economia de mercado, produziram a nível económico e cultural, transformações profundas que influenciaram sobremaneira o sector social da vida do país, nomeadamente na educação de base.

Mas a abertura política do país desde os finais da década de 80 e o advento da democracia permitiram uma ampla reflexão nacional sobre as finalidades da Educação, tendo proporcionado algumas intervenções importantes com vista ao melhor enquadramento da Educação.

Neste sentido, as medidas de políticas adoptadas no país para o desenvolvimento da Educação visam prioritariamente o alargamento e o reforço da escolaridade básica obrigatória de qualidade, subscrevendo no essencial as conclusões e recomendações dos principais eventos internacionais e mundiais sobre a Educação, nomeadamente a Conferência de Jomtien (1990) e de Dakar (1990), as conferências regionais sobre a Educação, bem como as iniciativas levadas a cabo pela Conferência dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Foi assim que em 1986 se iniciou um amplo projecto de reforma curricular. Contudo, apesar de exaustiva, essa reforma curricular que previa a reformulação completa dos currículos e programas de 1^a a 12^a classe não foi concluída.

Em 1995 realizou-se uma consulta sectorial apoiada pelo PNUD e em 1996 um Fórum Nacional da Educação, a partir do qual se pretendia definir um quadro de política educativa.

Em termos de princípios orientadores, o quadro normativo de desenvolvimento do sistema educativo conheceu a sua verdadeira mudança de orientação com a Lei de Base do Sistema Educativo (Dec. Lei nº 53/88). Reconhecendo-se na prática a sua relativa caducidade, deu-se

início no ano de 2000 ao processo de sua alteração, mas passados dois anos ainda não se conseguiu produzir qualquer resultado prático.

Tendo no plano internacional aderido aos propósitos da Conferência de Jomtien e aos engajamentos de Dakar, as autoridades responsáveis pela Educação no país têm-se manifestado sobre este sector, como um dos domínios mais prioritários.

4. CONTEXTO DE ESTUDO

2.1 Contexto Político

Com uma superfície de 1001 km², S. Tomé e Príncipe é um arquipélago constituído por duas ilhas maiores, a ilha de São Tomé com uma superfície de 864 km² e a ilha de Príncipe com 134 km², mais alguns pequenos ilhéus, que se encontram a 300 km da costa do Gabão, no Golfo da Guiné.

O país encontra-se dividido em seis Distritos, todos na ilha de S. Tomé, e toda ilha do Príncipe constitui uma Região Autónoma. Os Distritos dispõem todos de uma Assembleia sem poder muito real e não dispõem de autonomia financeira. A capital é a cidade de S. Tomé.

Antiga colónia portuguesa, o arquipélago ascendeu à independência em 12 de Julho de 1975. Os primeiros 15 anos após a independência caracterizaram-se pela existência de um regime político monopartidário, sendo o MLSTP, o partido único que governou o país nesse período. Após a abertura democrática de 1990, culminada em 1991 com eleições livres, tendo o PCD-GR (Partido de Convergência Democrática- Grupo de Reflexão) ganho as primeiras eleições democráticas. De lá para cá as mudanças têm sido muito frequentes e o país tem conhecido uma certa instabilidade governativa com reflexos profundos na aplicação dos programas dos sucessivos governos.

Os processos de mudança política registados ao longo dos 27 anos no país não têm permitido ajustar o sistema educativo às novas realidades emergentes dessas mudanças, nem às novas exigências de desenvolvimento decorrentes das mesmas.

A crise profunda que conhece a sociedade santomense não poupou, portanto, o sector da educação, que é afectado por profundas deficiências que se traduzem numa depreciação da qualidade da educação, sendo que os diversos governos apresentam programas e planos logo contestados pelos seus sucessores, pelo que a falta de estabilidade a nível do sector da educação tem sido um factor impeditivo da aplicação de um programa coerente, articulado e integrado.

1.2 Contexto económico

São Tomé e Príncipe é um país agrícola que herdou do período colonial uma economia baseada na cultura do cacau, representando cerca de 86% do total das exportações, cujos preços no mercado internacional estão sujeitos a grandes flutuações. As exportações desse produto conheceram um declínio progressivo desde 1980, redundando numa redução de cerca de 80% do PIB.

No entanto, os níveis de produção foram baixando continuamente, tendo passado de 10.000 toneladas em 1974 para 4.750 em 1995, ou seja, uma redução de 52,5% em cerca de 20 anos.

A economia mergulhada numa crise profunda é dominada por um grande endividamento e forte dependência do exterior para a aquisição dos bens de primeira necessidade. O PIB tem registado uma diminuição progressiva, tendo atingido actualmente a cifra dos \$320 por habitante.

Uma tal situação económica conduziu o país à assinatura de uma primeira fase de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) com início em 1987, que se caracterizava pela liberalização económica e privatização das empresas agrícolas (ex-roças coloniais), nacionalizadas logo após a independência. Não tendo alcançado os objectivos preconizados, nomeadamente o aumento da produção, foi instalada uma segunda fase que pretendia racionalizar o Programa de Investimento Público (PIB), visando o restabelecimento dos grandes equilíbrios macro-económicos. E assim por diante, foram sendo negociadas fases sucessivas do programa, que não têm fornecido os resultados esperados.

No mesmo período nota-se uma quebra acentuada das exportações dos produtos tradicionais, nomeadamente o cacau e a copra, em cerca de 64% e 179% respectivamente. No entanto, a exportação de "outros produtos" aumentou cerca de 3,8 vezes, passando de 601 milhões de dobras em 1995 para cerca de 3,666 mil milhões de dobras em 1997, o que leva a deduzir que se tem verificado uma diversificação das exportações.

Apesar das grandes dificuldades que conhece actualmente a economia santomense, as perspectivas de extracção do petróleo parecem dar um novo alento à economia.

Contexto Sociocultural

Pequeno país insular, S. Tomé e Príncipe possui todas as características de um país subdesenvolvido. A sua população é essencialmente jovem (47% em 2001) e predominantemente urbana. Com efeito, por causa da degradação dos indicadores da situação económica, principalmente no meio rural, onde os níveis de pobreza são extremos (cerca de 30% do total da população), verifica-se um êxodo rural acentuado, sendo a cidade de S. Tomé, o principal ponto de destino deste fenómeno.

Outrora país de imigração para acolhimento da mão de obra nas plantações de cacau e café, a situação foi invertida nos últimos anos, tendo o país passado a ser fundamentalmente de emigração. Os principais países de destino são os países de língua oficial portuguesa, com destaque para Portugal e Angola, mas também para o Gabão.

Segundo informações fornecidas pela Direcção de Estatística, em 1997 a população activa ocupada foi de 37.245 pessoas, sendo 14.734 (39,55%) no sector primário (agricultura e pescas) e 11.648 (31,2%) no sector terciário (comércio, transportes, comunicações, função pública e instituições financeiras), do total da população empregada.

S. Tomé e Príncipe é uma sociedade multi-cultural, na qual predominam valores de uma cultura tradicional africana, em coexistência com valores de outras culturas, nomeadamente a europeia.

A língua de ensino é o português que é também a língua oficial. Coexiste com vários outros idiomas, entre os quais os crioulos de S. Tomé e do Príncipe (Fôrro) e o angular.

5. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A evolução do orçamento da educação nos últimos cinco anos tem lugar num contexto económico e financeiro particularmente difícil da vida do país. Todavia, não obstante o contexto nacional de aplicação de alguns programas de ajustamento estrutural (PAE) que o país conheceu, as despesas públicas correntes para a Educação aumentaram ao longo dos últimos 5 anos, passando de 10 a 15% das despesas correntes do Estado e de 1,2 a 2,2% do PIB (Ministério da Educação). Esta evolução demonstra o esforço realizado pelo Estado para garantir e melhorar o funcionamento do sistema educativo, que apesar de tudo, continua muito aquém de satisfazer as necessidades da procura da educação em S. Tome e Príncipe.

O quadro abaixo demonstra que o orçamento de funcionamento da educação é inferior a 5% do PIB que é geralmente a média registada nos países da região de orçamento comparável:

Designação	1997	1998	1999	2000
Despesas Correntes da Educação (Milhões de Dobras)	3016	5458	7487	8319
Em % do orçamento do Estado	11,0	12,4	15,5	15,3
Em % do PIB	1,5	1,9	2,2	2,2

Fonte: Ministério da Educação

Uma análise mais detalhada da distribuição das despesas da Educação ao nível nacional permite destacar as seguintes situações:

A distribuição do orçamento corrente do MEC tem revelado que não existem grandes distorções na afectação dos recursos entre os níveis de ensino, cabendo a Educação de Base a parte maioritária com 51% do total; a Educação Secundária arrecada cerca de 33% e à Educação pré-escolar é afectada cerca de 7% do total do orçamento da Educação.

Os custos unitários por professor na Educação de base representam 1,5 vezes o PIB per capita e 1,6 vezes o PIB per capita correspondente aos do professor do Ensino Secundário.

Por outro lado, o custo unitário por aluno é em geral muito mais baixo em STP, comparando com os outros países da região, quer se trate do ensino primário ou do ensino secundário.

As despesas privadas das famílias com a educação dos filhos, nomeadamente os custos com os materiais escolares, as despesas de transporte, o uniforme, etc. não são negligenciáveis mesmo ao nível da Educação de base, na medida em que podem atingir o montante de cerca de 10 dólares anuais por família.

6. ESTRUTURA DE GESTÃO DO SECTOR EDUCATIVO

A estrutura do Ministério de Educação encontra-se definida na Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º18/2000, que compreende os sectores da Educação, da Juventude e da Cultura (ver estrutura em anexo) é até ao momento a lei em vigor, embora esteja em preparação uma nova Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Com esta lei pretende-se consolidar as estruturas do Ministério da Educação, Juventude e Cultura de modo a poder responder aos desafios da reforma e modernização do sistema educativo. A operacionalização gradual e o acompanhamento permanente da reforma do sistema educativo exige a existência de serviços operativos, leves e eficazes, capazes de

assegurarem uma estreita articulação funcional e melhoria qualitativa da capacidade de gestão dos seus dirigentes e técnicos.

Com este objectivo, o Ministério foi organizado em estruturas centrais de gestão e estruturas locais.

Assim o MEJD compreende o Gabinete do Ministro, os órgãos de consulta, os serviços centrais, os serviços regionais e os serviços tutelados.

O Gabinete do Ministro é o órgão de apoio directo e pessoal ao Ministro.

Os serviços centrais compreendem:

O Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa que é o órgão responsável pela concepção, planeamento e desenvolvimento da política educativa, cabendo-lhe em particular, conceber e acompanhar de forma sistemática o desenvolvimento do sistema educativo, apoiando tecnicamente a formulação da política educativa.

A Direcção de Educação e Formação que tem a função de orientação e coordenação no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos primário e secundário, cabendo-lhe entre as demais funções, o estabelecimento do quadro de organização pedagógica dos estabelecimentos de educação e ensino.

A Direcção Administrativa e Financeira que é responsável pela coordenação, apoio técnico, administrativo e financeiro para a gestão dos recursos materiais, dos recursos humanos e pela organização e racionalização administrativa.

A Direcção Administrativa Educativa que é o órgão responsável pela coordenação e apoio técnico nas áreas dos recursos humanos, equipamentos e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos primário e secundário básico, bem como pela definição de uma política de acção social escolar e de educação para a saúde.

A Inspeção da Educação é um serviço central dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira, com competências no âmbito do controlo e apoio técnico pedagógico, administrativo e financeiro do sistema educativo.

A nível local a gestão do sistema educativo é feita pelas delegações distritais, cuja atribuição principal é de assegurar, a nível distrital, a orientação, a coordenação e o apoio aos estabelecimentos de educação e ensino. Existem neste momento, apenas duas Delegações distritais, sendo uma em Caué e outra em Lembá.

As delegações tutelares são representadas por:

- Instituto Superior Politécnico que é um estabelecimento de ensino responsável pela formação a nível superior de professores do ensino secundário.
- Escola de Formação de Quadros Docentes que forma professores para o ensino primário.

D. DEFINIÇÕES DOS CONCEITOS E MÉTODOS DE ANÁLISE

A frequência escolar concerne a inscrição e o seguimento regular das aulas num estabelecimento de ensino escolar. O recenseamento de 2001, interessou-se pelo ano escolar 2000-2001, tendo em conta que as operações de recolha de dados tiveram lugar no mês de Agosto de 2001.

A frequência escolar foi introduzida por uma questão colocada a todas as pessoas de idade compreendida entre os 5 anos e mais. Pela sua formulação, esta questão sobre a frequência escolar permite através das modalidades de resposta, distinguir os indivíduos que frequentam actualmente um estabelecimento escolar, os que já frequentaram e os que nunca frequentaram a escola.

População escolar é a população residente que se declarou como aluno no momento do recenseamento. Relativamente à população escolar, a questão relativa ao nível de instrução permite a sua caracterização, segundo o tipo e o grau de ensino (*pré-escolar, primário, secundário básico, pré-universitário, médio, superior*).

População escolarizável é definida em função dos limites de idade adoptados pelo sistema de educação de cada país. De uma maneira geral, a população escolarizável no sentido restrito é formada por pessoas de 6 a 14 anos; é definida de acordo com as recomendações da UNESCO de forma a ter-se em conta o período da escolarização obrigatória. Todavia, tendo em conta a precocidade da admissão das crianças à escola, do longo período de escolarização obrigatória, por causa, entre outras, das repetências e mesmo das especificidades dos países, pode-se interessar pela população de idade compreendida entre os 3 e os 24 anos.

A Taxa bruta de escolarização (TBE) corresponde ao total de alunos matriculados, independentemente da sua idade, em relação à população que, de acordo com a regulamentação oficial do país deveria estar matriculada no nível de ensino considerado.

A Taxa líquida de escolarização (TLE) representa o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica de frequência desse nível de ensino, expresso como uma percentagem de população com a idade correspondente.

O Nível de Instrução corresponde à última classe frequentada se a pessoa já não a frequenta, ou ao nível do ano lectivo actual ou da classe se a pessoa frequenta um estabelecimento escolar. Esta questão era dirigida a todas as pessoas de idade compreendida entre os 5 anos e mais que frequentam um estabelecimento ou que já frequentaram um estabelecimento escolar. As modalidades de resposta previstas distinguem ao mesmo tempo a última classe frequentada e o nível de ensino. O efectivo da população frequentando a escola influencia consideravelmente o nível de instrução do conjunto da população. Será portanto necessário distinguir a população que já não frequenta um estabelecimento escolar da população dos alunos, com uma atenção particular às pessoas de 15 anos ou mais, para as quais a educação não é mais obrigatória.

A Taxa de Alfabetização designa em geral a proporção da população que sabe ler e escrever, expressa em percentagem da população total.

A alfabetização foi definida pelo recenseamento como sendo a capacidade para ler e escrever, mesmo com dificuldades, numa certa língua. Foi assim considerada como alfabetizada, toda pessoa capaz de ler e escrever numa língua qualquer. O questionário do recenseamento previu

para esta questão três modalidades de resposta que distinguem as pessoas que *sabem ler e escrever* (as pessoas alfabetizadas), as pessoas que *apenas sabem ler* e aquelas que *não sabem ler nem escrever*. A população visada era aquela de idade compreendida entre os 5 anos ou mais.

O Analfabetismo corresponde ao número de pessoas de 10 (15) anos e mais que não sabem ler nem escrever.

A Taxa de Analfabetismo é a relação percentual entre a população de 10 (15) anos e mais que não sabe ler nem escrever e a população total do referido grupo etário.

Línguas faladas: uma pessoa é considerada como falando uma língua (estrangeira ou local) quando ela pode utilizá-la para comunicar oralmente e manter uma conversa com alguém. Quatro línguas foram explicitamente identificadas neste sentido (*Português, Fôro, Lungwié, Francês*). A população visada era aquela com 5 anos ou mais.

E. ESCOLARIZAÇÃO

A análise da escolarização reveste-se de uma importância capital para o sistema porque permite avaliar a política educativa, sobretudo quanto à prioridade acordada ao ensino primário tido como ensino básico, como é o caso em S. Tomé e Príncipe. Importa saber, quantas crianças são escolarizadas, onde se encontram, qual é a capacidade para a sua absorção e a sua promoção.

Neste capítulo serão abordados alguns indicadores principais de educação que permitem obter uma visão global sobre o sistema.

C.1. O SISTEMA EDUCATIVO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

O Sistema Educativo de S. Tomé e Príncipe rege-se pela Lei de Base do Sistema Educativo (Decreto-Lei n.º 53/88), apesar de estar em preparação uma nova Lei que prevê alterações nalguns objectivos fundamentais e na orgânica de funcionamento.

O Sistema Nacional de Educação integra um conjunto de 4 subsistemas articulados em todos os níveis e tipos de ensino.

- Subsistema da Educação Geral;
- Subsistema de Formação e Capacitação de Quadros Docentes;
- Subsistema da Educação Técnico-Profissional;
- Subsistema da Educação de Adultos.

O Subsistema da Educação Geral é o eixo central do Sistema Nacional de Educação e confere formação integral e politécnica, base para o ingresso em cada nível dos diferentes subsistemas. Compreende os seguintes níveis de ensino:

- Ensino Primário;
- Ensino Secundário Básico;
- Ensino Pré-Universitário.

Fazem ainda parte do Subsistema da Educação Geral, a Educação Pré-Escolar e o Ensino Vocacional. Este subsistema é frequentado por cidadãos com até 21 anos de idade.

A Educação Pré-Escolar é facultativa, destina-se a crianças de 1 mês de vida até à idade de ingresso no ensino primário e realiza-se em Creches e Jardins de Infância. Pretende favorecer o harmonioso desenvolvimento físico, psicomotor, intelectual, moral e afectivo, a auto-confiança e a integração social de cada criança.

O Ensino Primário compreende cinco classes e é frequentado por crianças dos 6 aos 14 anos de idade. O Ensino primário organiza-se em duas fases: A Pré-Primária, com a duração de um ano, que visa atenuar a diferenciação social e linguística e preparar a integração da criança no ensino primário, e o Ensino primário propriamente dito que é organizado por classes, tem a duração de 4 anos e tem por objectivo lançar as bases para a formação integral do indivíduo, proporcionando, designadamente, uma preparação de base nos domínios da língua portuguesa e da matemática e uma abordagem dos problemas do meio ambiente.

O Ensino Secundário Básico compreende as classes de 5^a a 9^a, sendo o respectivo acesso facultado a jovens de idade não superior a 13 anos e a frequência limitada aos que não ultrapassem os 20 anos. Neste nível de ensino os programas são desenvolvidos e ministrados por disciplinas. Na prática, o ensino é organizado em dois ciclos, compreendendo o primeiro ciclo, a 5^a e a 6^a classes e o segundo ciclo a 7^a, 8^a e 9^a classes.

Apesar de estar expressa na Lei Orgânica do Ministério da Educação a necessidade da extensão da escolaridade básica obrigatória até à 6^a classe, na prática este objectivo ainda não é realidade, pese embora as medidas que estão sendo tomadas com vista à adaptação do Sistema com este propósito.

O Ensino Pré-Universitário compreende as classes de 10^a a 12^a, sendo o respectivo acesso facultado a jovens de idade não superior a 18 anos e a frequência limitada aos que não ultrapassem os 21 anos. É uma via de continuidade do ensino Secundário Básico que tem como objectivos consolidar, ampliar e aprofundar uma cultura de base que constitua suporte sólido para qualquer tipo de formação posterior ou para a integração na vida activa e favorecer a formação específica em grandes áreas diferenciadas do conhecimento e actividades humanas.

Os cursos do ensino Pré-Universitário organizam-se em áreas de estudo que, para além do tronco comum da formação geral, integram uma componente de formação específica organizada em correspondência com os domínios de actividade e com cursos de ensino superior para que se orientam.

Na prática a 12^a classe nunca chegou a entrar em vigor, pelo que o ensino Pré-Universitário corresponde efectivamente a uma escolaridade de dois anos, sendo a 11^a classe o último ano de escolaridade deste nível de ensino.

Os estabelecimentos de ensino que ministram este nível de ensino encontram-se situados apenas na cidade de S. Tomé, capital nacional no Distrito de Água Grande, e na Região Autónoma do Príncipe. O Liceu Nacional situado na capital santomense é o único estabelecimento de ensino oficial público, onde é ministrada a 11^a classe.

O Subsistema da Educação Técnico-Profissional tem a função de materializar a formação da força de trabalho qualificada necessária para o desenvolvimento do país. Compreende os

seguintes níveis: Ensino Elementar Técnico-Profissional, o Ensino Básico Técnico-Profissional e o Ensino Médio Técnico-Profissional. É frequentado por jovens em idade pré-laboral, adultos e trabalhadores em exercício.

O Subsistema de Formação e Capacitação de Quadros Docentes destina-se a desenvolver cursos e outras actividades formativas, assegurando uma qualificação pedagógica, metodológica e técnica dos agentes docentes para os Ensinos Pré-Escolar, Primário e Secundário Básico.

No âmbito deste Sub-sistema, a formação e capacitação dos agentes docentes organiza-se em três domínios: Formação inicial, Formação em exercício e Formação permanente. O Subsistema estrutura-se em dois níveis: o nível médio realiza a formação inicial de professores para o Ensino Pré-Escolar e Ensino Primário, e nível superior realiza a formação inicial de professores para o Ensino Secundário Básico.

O Subsistema de Educação de Adultos destina-se à alfabetização e educação da população maior de 14 anos e à promoção dos valores culturais da mesma, permitindo-lhe uma progressiva participação na vida do país.

Compreende 4 níveis sequenciais, organizados da seguinte maneira:

- Nível da alfabetização;
- Nível da Pós-Alfabetização;
- Nível de Ensino Secundário Básico;
- Nível do Ensino Pré-Universitário.

De acordo com a Lei de Base vigente, o ensino médio não é contemplado como um nível de formação. Considera-se com formação média, os formandos saídos da Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes, que frequentaram um curso de formação de professores para a Educação Pré-Escolar ou para o Ensino Primário. Considera-se ainda com formação média, os indivíduos que frequentaram, no estrangeiro, um instituto de formação profissional ou um nível de bacharelato.

A Lei de Base não contempla o ensino superior, sendo esta, de entre outras, uma das razões da sua caducidade. Na realidade, o país herdou uma situação oriunda do tempo colonial, cuja filosofia baseava-se na reduzida dimensão do território e no reduzido número da sua população para justificar a inexistência no país de um nível de ensino que contribui de forma primordial para a promoção do desenvolvimento. Desta forma, a formação superior de quadros santomenses era feita exclusivamente no estrangeiro.

Com a independência do país em 1975, a situação se manteve até à década de 90. As despesas com a formação de quadros, médios e superiores foram sempre suportadas pelos países que acolhem estudantes santomenses, através da atribuição de bolsas de estudo postas à disposição do país. Após as profundas alterações políticas e económicas que marcaram a queda do bloco socialista, verificou-se uma drástica redução da oferta de bolsas de estudo da parte daqueles países que eram os principais fornecedores.

Tendo em conta a grande procura de estudo superior e a incapacidade do país em fornecer este tipo de ensino, quer no interior, quer no exterior do país, foi sendo equacionada paulatinamente a possibilidade de introdução do ensino superior a nível interno do país.

É assim que foi criada em 1996 uma instituição universitária de carácter público, o Instituto Superior Politécnico (ISP/STP), através do Decreto n.º 88/96 do Ministério da Educação, Juventude e Desporto. O objectivo principal deste instituto é de organizar e leccionar cursos na área de formação inicial de docentes ou outros que venham a ser relevantes. O ISP fornece actualmente formação para professores de ensino secundário nas áreas de Matemática, Ciências Naturais, Português, Francês, História e Geografia.

O subsistema de Educação Geral de S. Tomé e Príncipe abrange todo o território nacional. A rede de escolas deste subsistema compreende 147 estabelecimentos de ensino, distribuídos por todos os distritos (tabela 1.1). A maior concentração de estabelecimentos de ensino é nos distritos de Água Grande e Mé Zóchi, o que está de acordo com a repartição territorial da população.

Nota-se que o ensino privado está pouco representado a nível nacional, existindo apenas alguns estabelecimentos no distrito de Água Grande.

Os estabelecimentos de ensino dos níveis pré-escolar e primário estão presentes em todos os distritos. O número de estabelecimentos diminui significativamente para os níveis Secundário Básico e Pré-Universitário, para os quais existem apenas 2 estabelecimentos de ensino, sendo um na cidade de S. Tomé e outro em Santo António na ilha de Príncipe.

A tabela B.1 não faz menção aos outros subsistemas e outros níveis de ensino, nomeadamente o Ensino Técnico Profissional e o Ensino Superior, por não estarem suficientemente implantados no sistema educativo.

Tabela B.1 Repartição dos estabelecimentos escolares por tipo e por distrito, segundo o nível de ensino									
Região Distrito	Nº de estabelecimentos de ensino	Nível de ensino							
		Pré-escolar		Primário		Secundário básico		Pré-universitário	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Água	30	8	2	14	1	3	1	1	-
Mé-Zóchi	35	14	1	18	-	2	-	-	-
Cantagalo	18	8	-	9	-	1	-	-	-
Caué	16	5	-	9	-	2	-	-	-
Lembá	16	7	-	8	-	1	-	-	-
Lobata	20	9	-	9	-	2	-	-	-
Príncipe	12	3	-	7	-	1	-	1	-
Total	147	54	3	74	1	12	1	2	-

Fonte : Ministério da Educação- Ano Lectivo de 2002-2003

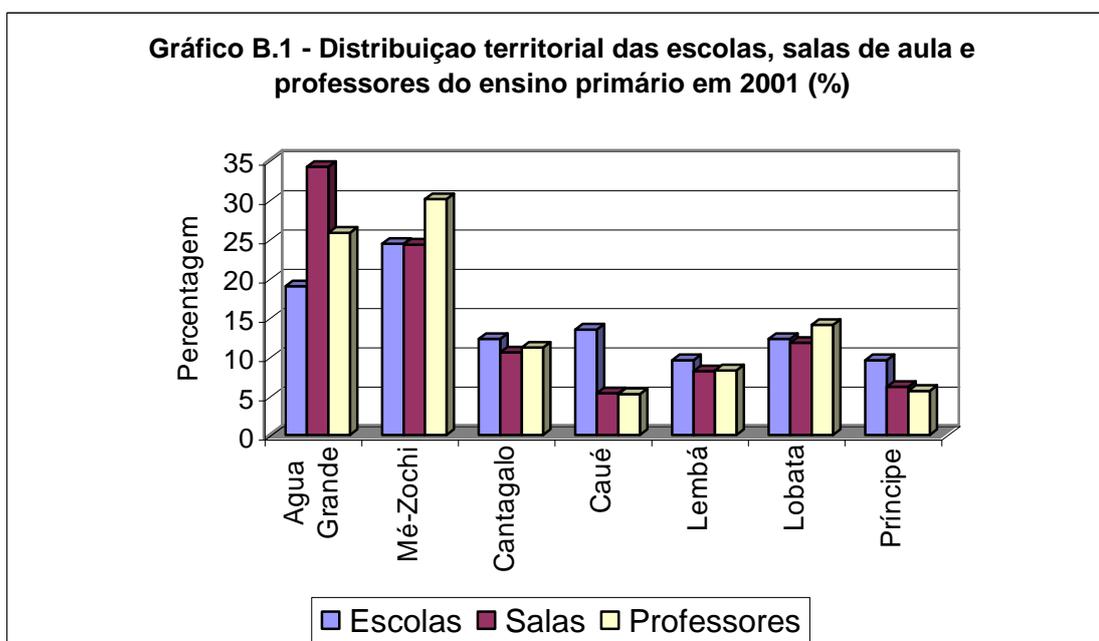
O Ensino Técnico-Profissional é ministrado apenas num estabelecimento de ensino que foi criado e é gerido com o apoio da cooperação francesa. Forma técnicos em 3 áreas específicas, designadamente, mecânica geral, construção civil e electricidade.

O Ensino superior é ainda embrionário, existindo algumas iniciativas para a sua instalação a nível nacional, tanto a nível público como privado, cuja consolidação passa por um alargamento do leque de ofertas que possam interessar aos jovens, tendo em conta que nesse momento a procura interna de formação superior é ainda muito reduzida. Neste âmbito, estão previstas áreas de formação tais como Línguas Modernas, Administração, Física/Química, Engenharia Civil e Formação Superior de Professores Primários.

O distrito de Mé Zóchi com uma rede de 18 escolas do ensino primário tem uma cobertura de 24,3%, que é a mais alta de todo o país (tabela 1.2 e gráfico 1.1). Todavia, é o Distrito de Água Grande que possui um maior número de salas de aula e é, portanto, aquele que proporciona uma maior capacidade de oferta de ensino. Mé-Zochi é, por outro lado, o distrito com maior número de professores.

Tabela B.2 - Distribuição territorial de escolas, salas de aula, professores e bancos, do Ensino Primário																
Distritos																
Número	Água Grande		Mé Zochi		Cantagalo		Caué		Lembá		Lobata		Príncipe		STP	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Escolas	14	18,9	18	24,3	9	12,2	10	13,4	7	9,5	9	12,2	7	9,5	74	100
Salas	117	34,1	83	24,2	36	10,5	18	5,3	28	8,1	40	11,7	21	6,1	343	100
Professores	141	25,7	165	30,0	61	11,1	29	5,2	45	8,2	77	14,0	31	5,6	549	100
Banco	528	26,5	494	24,8	226	11,4	150	7,6	169	8,5	250	12,5	173	8,7	1990	100

Os distritos de Lembá e a Região Autónoma do Príncipe possuem menor número de escolas, mas têm mais salas de aulas que o distrito de Caué que é o distrito com menor número de salas de aula, menor número de professores e menor número de bancos, portanto, o distrito menos equipado a nível nacional.

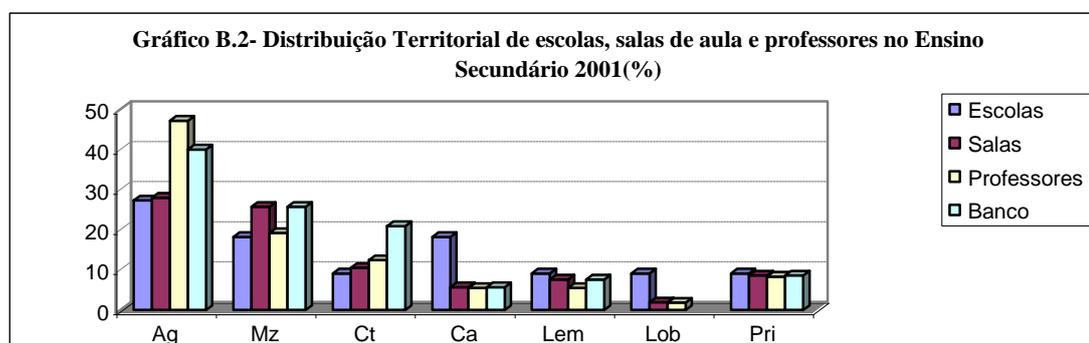


As escolas do ensino secundário básico (tabela B.3) localizam-se, de uma forma geral, nas capitais dos distritos e compreendem uma rede de 11 escolas na ilha de S. Tomé e 1 escola na ilha de Príncipe. Enquadram geralmente as classes que vão de 5ª a 8ª em todos os distritos. No entanto, ao nível do distrito de Água Grande existe uma diferença entre as escolas que integram os alunos da 5ª e 6ª classes e o Liceu Nacional, a única escola secundária deste distrito que absorve apenas os alunos da 7ª, 8ª e 9ª classes.

Tabela B.3 : Distribuição de escolas, salas de aula, professores e bancos por nível de Ensino Secundário Básico																
Distritos																
Número	Água Grande		Mé Zochi		Cantagalo		Caué		Lembá		Lobata		Príncipe		STP	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Escolas	3	27,3	2	18,2	1	9,1	2	18,2	1	9,1	2	9,1	1	9,1	12	100
Salas	42	28,0	27	25,7	11	10,5	6	5,7	8	7,6	6	1,9	9	8,6	105	100
Professores	153	47,2	62	19,2	40	12,4	18	5,5	18	5,5	-	1,8	27	8,3	324	100
Banco	840	40,0	540	25,7	440	20,9	120	5,7	160	7,6	-	-	180	8,6	2100	100

É no distrito de Água Grande onde existe maior número de escolas secundárias, representando 27,3% do total de estabelecimentos deste nível de ensino; possui maior número de salas aula, de professores e de bancos. Os distritos de Mé-Zochi, Caué e Lobata têm 2 escolas de Ensino Secundário apesar de, nestes dois últimos, apenas existirem 6 salas de aulas em cada um dos respectivos estabelecimentos.

Os distritos de Lembá e Cantagalo e a Região Autónoma do Príncipe possuem apenas um estabelecimento de Ensino Secundário. Cantagalo é o distrito que possui uma maior relação bancos/alunos, sendo por isso o distrito com maior capacidade de absorção de alunos. (Gráfico B.2)



C.2. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

3.1. Efectivos globais

O volume da população em idade escolar depende dos limites de idade adoptados. De uma maneira geral, esta população, no sentido restrito, é formada por pessoas de 6 a 14 anos; é definida de acordo com as recomendações da UNESCO de forma a ter-se em conta o período da escolarização obrigatória. Todavia, tendo em conta a precocidade da admissão das crianças na escola, do longo período de escolarização obrigatória, por causa, entre outras, das repetências e mesmo das especificidades do país, em São Tomé e Príncipe a população escolar foi definida dos 3 até aos 21 anos. No caso vertente foram tomadas em consideração as seguintes faixas etárias, correspondendo a cada ciclo: 3-5 anos para o pré-escolar, 6-14 anos para o primário, 15-19 anos para o secundário-básico e 20-24 anos para o ensino pré-universitário que correspondem aos diferentes níveis de escolarização determinados por lei. Embora a lei considere a idade escolar apenas até aos 21 anos de idade, foi considerada a faixa

etária dos 20 a 24 anos, pelo facto do prolongamento da permanência na escola devido, entre outros, ao factor repetência que grassa, de certa maneira, o sistema educativo santomense.

A população em idade escolar, segundo o RGPH de 2001, compreende um total de 77.283 pessoas, das quais 39.166 são do sexo masculino e 38.117 são do sexo feminino, ou seja, uma repartição por sexo de 50,7% e 49,3%, respectivamente (Tabela 2.1 em anexo).

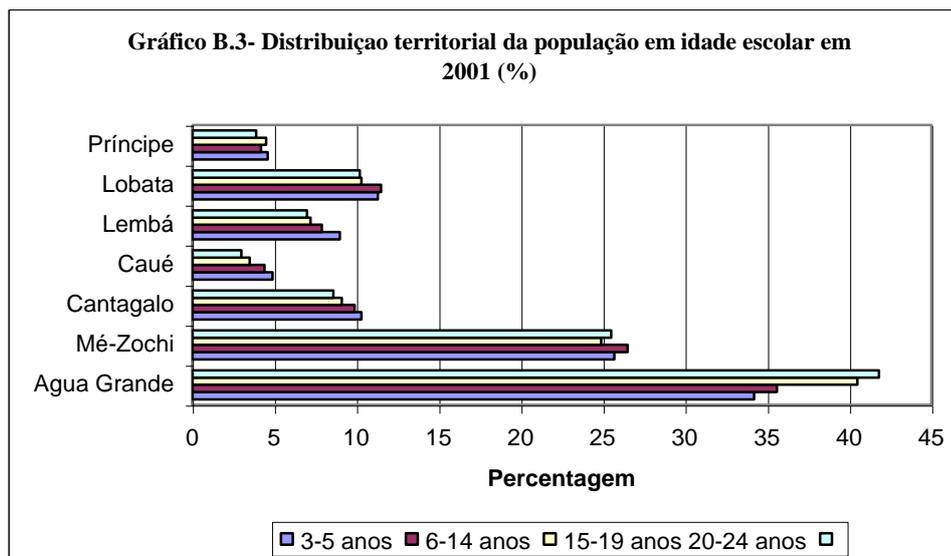
O distrito de Caué é o que apresenta o maior peso de população em idade escolar nos grupos etários mais jovens (3-5 e 6-14 anos), enquanto para os outros dois grupos, 15-19 e 20-24, esta posição pertence ao distrito de Água Grande. O grupo etário de maior peso em todos os distritos é o dos 6-14 anos (ensino primário), com valores sempre superiores a 23% da população total dos respectivos distritos. Para além do distrito de Caué, como já se referiu, os de Lobata e Cantagalo também se destacam com pesos, deste grupo etário, ligeiramente superiores a 25% da população total dos distritos. (tabela B.4).

Para os grupos dos 15-19 e 20-24 anos (ensino secundário e pré-universitário) é o distrito de Água Grande que apresenta maiores percentagens da sua população, seguido da Região Autónoma do Príncipe para o grupo dos 15-19 anos e do distrito de Mé-Zochi para o grupo dos 20-24 anos (tabela B.4).

Tabela B.4 : Proporção da população em idade escolar em relação à população total de cada distrito, por grupos etários específicos.

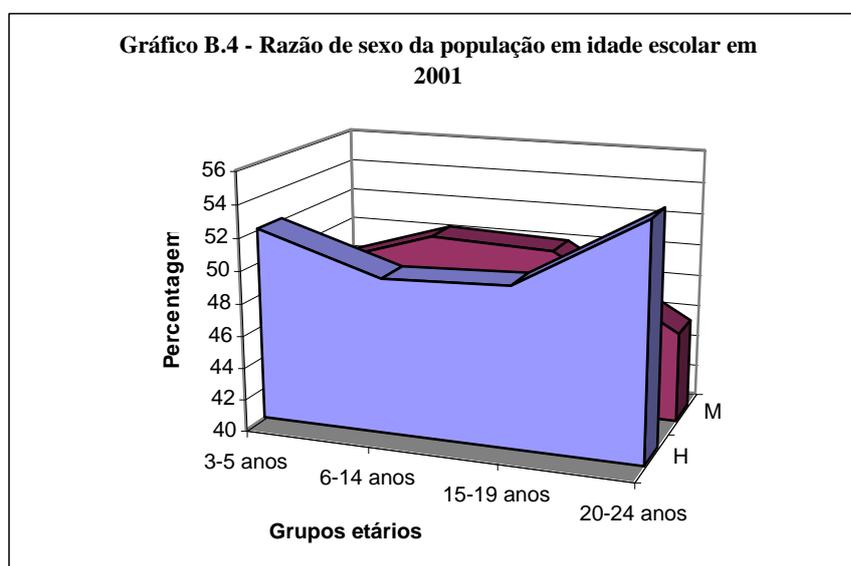
Distritos	3-5 (%)	6-14 (%)	15-19 (%)	20-24 (%)
Água Grande	7,8	23,0	13,7	11,5
Mé-Zochi	8,7	23,3	12,5	10,4
Cantagalo	9,2	25,2	12,0	9,3
Caué	10,7	26,6	11,1	7,8
Lembá	10,0	24,7	12,0	9,4
Lobata	8,8	25,3	11,9	9,5
Príncipe	9,2	23,6	13,2	9,3
País	8,6	24,4	12,8	10,4

No que respeita à distribuição territorial da população em idade escolar (gráfico B.3), ela segue a estrutura de distribuição da população total, concentrando-se nos distritos de Água Grande e de Mé-Zochi que, em conjunto, e em todos os grupos etários, possuem mais de 50% da população em idade escolar do país.



3.2. População em Idade Escolar por Sexo e Idade

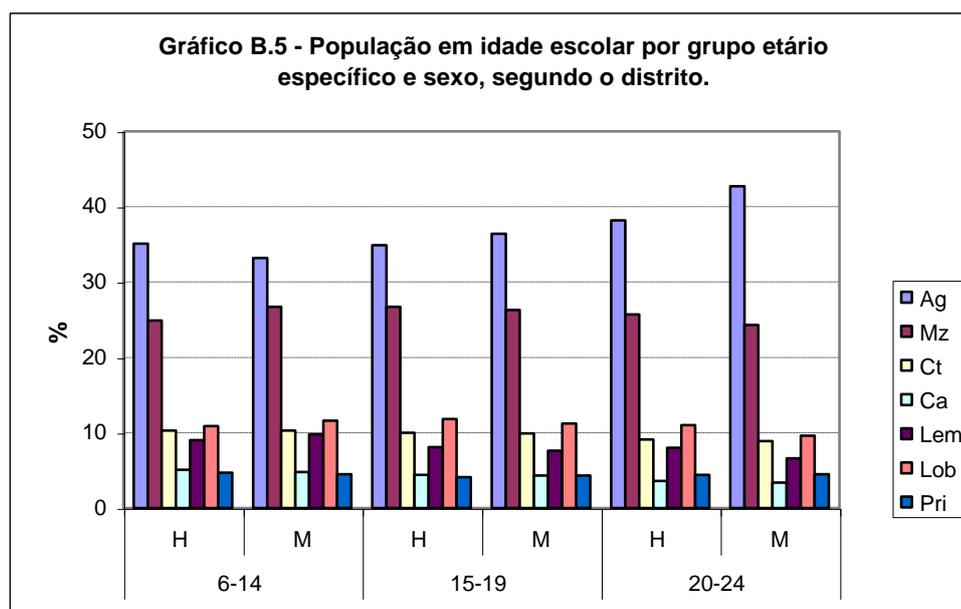
A relação entre os sexos para a população em idade escolar de S. Tomé e Príncipe é apresentada no gráfico B.4. São evidentes duas situações: a população em idade de frequentar o Ensino Primário e Secundário Básico é ligeiramente mais feminina; ao contrário, as crianças em idade pré-primária e os jovens do grupo dos 20-24 anos apresentam uma razão de sexo bastante favorável ao sexo masculino.



A repartição territorial da população em idade escolar por distrito (tabela B.5) mostra que em Água-Grande encontra-se aproximadamente um terço dessa população para todas as faixas etárias, seguindo-se o distrito de Mé Zóchi. O Distrito de Caué é o que apresenta uma menor proporção da população em idade escolar, sendo os valores muito próximos dos da Região do Príncipe.

Distrito	6-14 anos		15-19 anos		20-24 anos		Total	
	H %	M%	H %	M%	H %	M%	H %	M%
Água Grande	35,1	33,2	34,9	36,4	38,2	42,7	40,6	42,9
Mé Zóchi	24,9	26,7	26,7	26,3	25,7	24,3	25,5	25,8
Cantagalo	10,3	10,3	10,0	9,9	9,1	8,9	8,9	8,3
Caué	5,1	4,8	4,4	4,3	3,6	3,4	3,0	3,1
Lembá	9,0	9,8	8,1	7,6	8,0	6,6	7,5	6,5
Lobata	10,9	11,6	11,8	11,2	11,0	9,6	10,3	9,9
Príncipe	4,7	4,5	4,1	4,3	4,4	4,5	4,2	3,5

A distribuição por sexo indica que existe um grande equilíbrio entre os dois sexos em quase todos os distritos para todas as faixas etárias consideradas. Geralmente essa distribuição é favorável ao sexo masculino em todas as faixas etárias, embora se verifique no distrito de Água Grande uma maior predominância do sexo feminino nas faixas etárias dos 15-19 e 20-24 anos, e na faixa etária dos 6-14 anos no distrito de Mé Zóchi..



3.3 Procura potencial e oferta de educação em STP

Os ratios apresentados na tabela B.6 indicam a pressão da procura potencial de educação sobre as infra-estruturas e os recursos humanos nos principais ciclos do subsistema geral de educação.

Tabela B.6: Indicadores da pressão da demanda potencial sobre a oferta de educação – Ratios								
Nível de Ensino / Indicadores	Distrito de residência							
	STP	Água Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe
Ciclo Primário								
Pop. 6-14 / Escola	459,4	853,4	522,8	371,5	146,1	377,8	427,4	201,1
Pop. 6-14 / Sala	97,8	102,1	107,0	92,8	81,2	94,5	96,2	67,1
Pop. 6-14 / Professor	61,1	84,7	53,8	54,8	50,3	58,7	49,9	45,5
Pop. 6-14 / Banco	16,8	22,6	17,9	14,8	9,7	15,6	15,4	8,2
Ciclo Secundário básico								
Pop. 15-19 / Escola	1464	1775,5	2193,5	1586	306,5	1279	1813	788
Pop. 15-19 / Sala	170,5	169,1	162,5	144,2	102,2	159,8	302,2	0,3
Pop. 15-19 / Professor	55,3	46,4	70,7	39,6	34,1	71,1		29,2
Pop. 15-19 / Banco	7,7	8,5	8,1	3,6	5,1	7,9		4,4
Ciclo Pré-universitário								
Pop. 20-24 / Escola	14300							
Pop. 20-24 / Sala	325							
Pop. 20-24 / Professor	99,3							
Pop. 20-24 / Banco	16,25							

N.B.: Para o cálculo destes ratios, os numeradores provêm dos resultados do recenseamento, enquanto que os denominadores podem ser obtidos à partir das publicações ou anuários estatísticos do Ministério da Educação

A pressão da procura de escola é muito maior nos ensino pré-universitário (14 300 alunos por escola) e secundário básico (1464 alunos por escola) do que no ensino primário (459,4 alunos por escola). A razão de uma tal situação explica-se pela distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino ao nível do país e pelos diferentes níveis de ensino. Na realidade, a passagem do ensino primário ao ensino secundário caracteriza-se por uma redução drástica do número de escolas, pois passa-se de um total de 74 escolas no ensino primário para um total de apenas 12 escolas em todo o ensino secundário básico, enquanto que a passagem do ensino secundário-básico ao pré-universitário caracteriza-se por uma redução de 12 escolas para apenas uma.

A oferta da educação sofre assim uma quebra significativa à medida que aumenta o nível de escolaridade e faz aumentar a pressão da procura. Verifica-se, no entanto, diferenças regionais significativas. Os distritos de Mé Zóchi e Água Grande apresentam ratios superiores à média nacional, enquanto que o distrito de Caué e a Região Autónoma do Príncipe, apresentam ratios inferiores à média nacional. Do mesmo modo, existe uma maior disponibilidade de salas de aula no ensino primário do que no ensino secundário e pré-universitário.

Verifica-se por outro lado, que a relação aluno/professor é muito grande no ensino pré-universitário, o que indica que a pressão é muito grande neste nível de ensino, tendo em conta que existe apenas um estabelecimento de ensino a nível nacional para este nível. No entanto, o ratio alunos/professor pode ser considerado elevado para todos os níveis de ensino, pois ele é sempre superior a 55. Neste aspecto, a situação apresenta-se um pouco mais favorável no ensino secundário básico (tabela B.6).

A nível do ensino primário a pressão da população em idade escolar sobre as escolas é maior em Água Grande e em Mé-Zóchi e menor, em Caué e na Região Autónoma do Príncipe. O ratio alunos/professor é bastante maior em Água Grande, indicando uma maior pressão neste distrito.

A nível do ensino secundário, é em Mé-Zóchi onde a pressão sobre os estabelecimentos de ensino é maior, ultrapassando as 2.000 pessoas com idade dos 15-19 anos por escola (tabela

B.6). Água Grande encontra-se mais ou menos ao mesmo nível que Cantagalo e Lobata. Relativamente ao ratio alunos/professor, a situação é pior em Lembá e Mé-Zochi, onde se ultrapassa o valor de 70 potenciais alunos por cada professor.

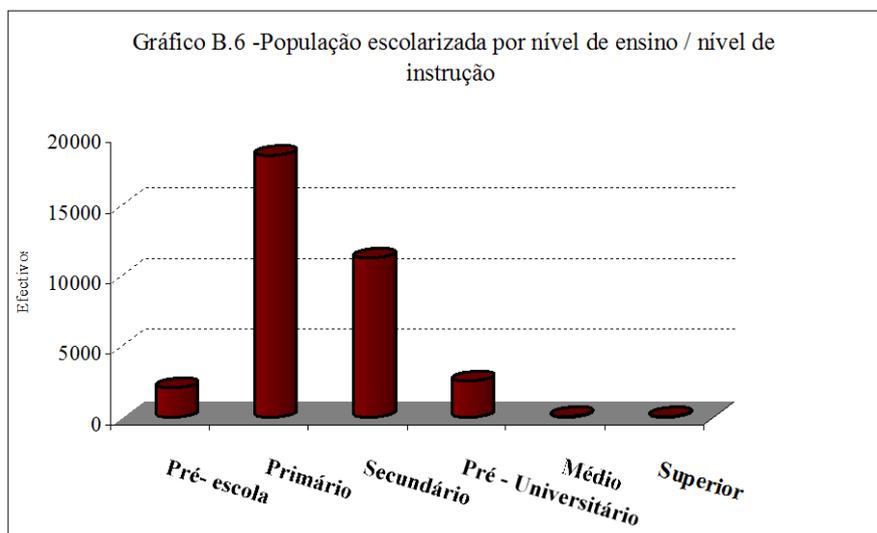
No ensino Pré-Universitário, a situação é um pouco particular. Na realidade, este nível de ensino só é ministrado no distrito de Água Grande, na cidade de S. Tomé. Por essa razão, os ratios são muito elevados, e apenas podem ser analisados de forma global. As necessidades de todos os demais distritos neste nível de ensino fazem pressão sobre as estruturas existentes na capital do país.

C.3. POPULAÇÃO ESCOLARIZADA

4.1. Efectivos globais

A frequência escolar foi introduzida por uma questão colocada a todas as pessoas de idade compreendida entre os 5 anos e mais. Pela sua formulação, esta questão sobre a frequência escolar permite, através das modalidades de resposta, distinguir os indivíduos que frequentam actualmente um estabelecimento escolar, os que já frequentaram e os que nunca frequentaram a escola.

Os dados do Recenseamento de 2001 indicam que 34.625 alunos frequentam os diferentes níveis de ensino, sendo que 29.861 alunos não completaram o ciclo indicado (Tabela 3.2 em anexo). Verifica-se que o ensino primário apresenta maior número de efectivos, atingindo um total de 18.556 alunos, seguido do ensino secundário, com 11.282 alunos. Nota-se por outro lado, que o ensino pré-escolar apresenta um efectivo muito reduzido, com apenas 2.097 alunos. A repartição dessa população escolar é ilustrada pelo gráfico B.6.

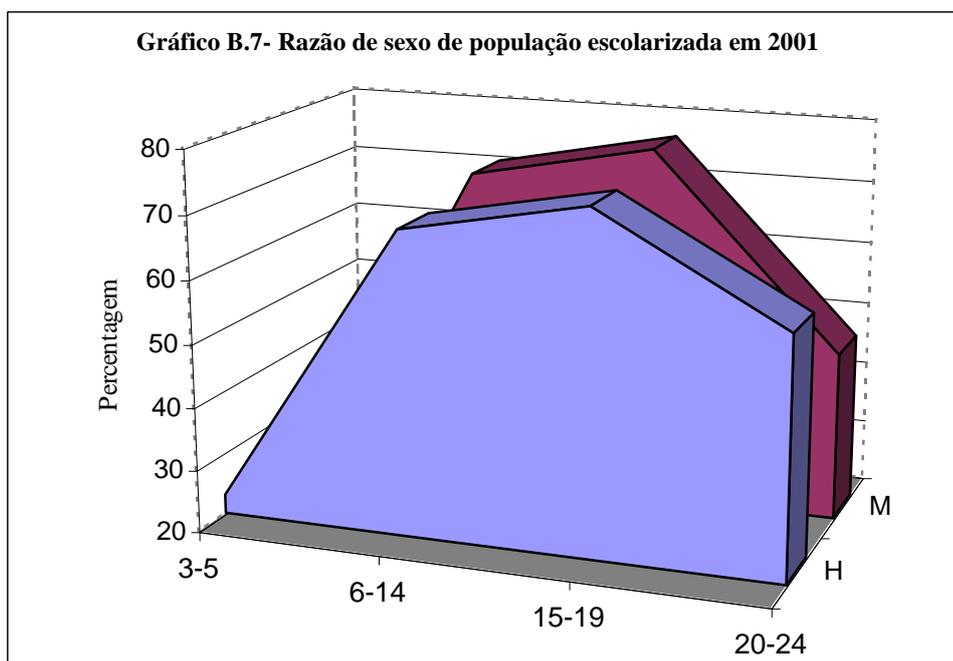


Os efectivos do ensino pré-universitário atingem apenas 2.578 alunos, enquanto que os níveis médio e superior apresentam efectivos quase insignificantes, com respectivamente, 65 e 47 estudantes.

A estrutura da população escolarizada é coerente com a estrutura da população em idade escolar. Nota-se uma base estreita da população dos 3-5 anos, que no caso vertente é muito

mais estreita. Segue-se um alargamento acentuado na faixa etária dos 6-14 anos e um estreitamento nas faixas etárias subsequentes, cujo topo mantém-se ligeiramente largo. Isto significa que a população escolarizada tem o seu maior potencial na faixa etária dos 6-14 anos, correspondente à escolaridade básica.

A razão de sexo na população escolar (tabela 3.1 em anexo e gráfico B.7) é favorável ao sexo masculino na faixa anterior à escolaridade básica, mas ela torna-se favorável ao sexo feminino dos 6 aos 19 anos. Isto significa que na escolaridade básica a pressão é maior no sexo feminino e que a tendência só é invertida a partir dos 20 anos. Pode-se então concluir que, para os níveis mais avançados de escolaridade (Pré-universitário, formação média, etc.), a população escolar é mais masculina que feminina, indiciando que os rapazes vão mais longe no prosseguimento dos estudos e com uma abandono mais precoce da parte das raparigas.



4.2. Frequência escolar e nível de ensino

Como foi dito anteriormente, a repartição da população escolar mostra que o ensino primário concentra a maior parte dos efectivos, seguindo-se o ensino secundário básico. Existe uma quebra brusca dos efectivos na passagem do ensino primário ao ensino secundário básico e que continua na passagem do secundário ao pré-universitário. Os dados sobre a população escolar na faixa etária dos 3-5 anos revela que nesta faixa etária a escolarização é muito baixa. Recorde-se que dois factores podem contribuir para explicar essa baixa taxa, nomeadamente, o desmantelamento da maioria das creches onde funcionava o ensino pré-escolar ao nível das empresas agrícolas no meio rural, com o programa de distribuição de terras das grandes empresas agrícolas, onde funcionavam anteriormente estas creches e a supressão da pré-primária do sistema educativo são-tomense.

Os níveis tão reduzidos dos efectivos ensino médio e superior explicam-se pela não existência desses níveis de ensino no nosso sistema educativo de forma explícita.

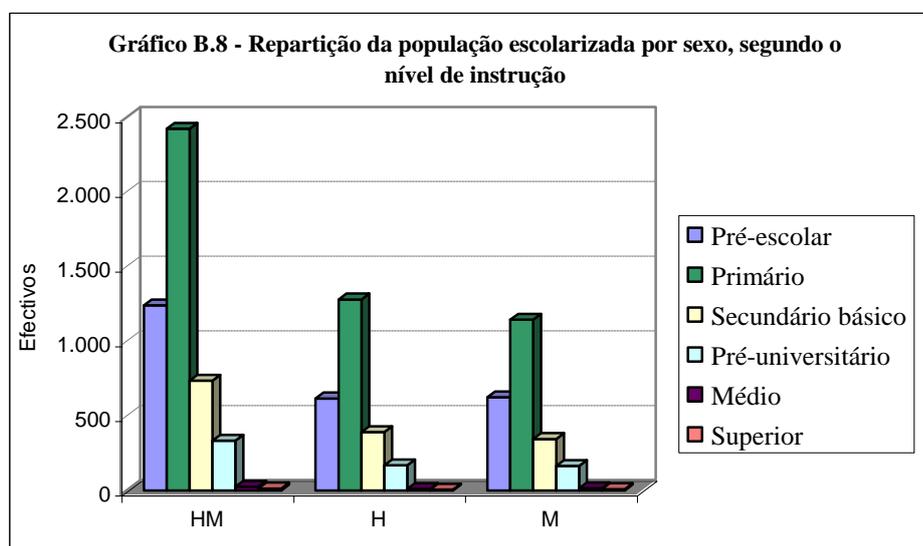
A população escolarizada encontra-se concentrada, principalmente, nas faixas etárias dos 6-14 e dos 15-19 anos (Tabela 3. em anexo), que correspondem ao ensino primário e ao ensino

secundário básico. Nota-se um brusco aumento na passagem da classe pré-escolar para a classe primária, após o que segue-se uma diminuição na passagem do ensino Secundário-Básico ao ensino Pré-Universitário. Os níveis médios e superiores são praticamente inexistentes, pois os efectivos são bastante reduzidos, o que contrasta sobremaneira com a população em idade escolar nesta faixa etária, que é relativamente importante. Uma tal situação pode ser explicada pela organização do sistema educativo que não contempla estes níveis.

Neste sentido, ao nível desta faixa etária dos jovens, o desequilíbrio existente entre a procura e a oferta, prenuncia graves problemas no perfil de saída do sistema educativo saotomense. Por outro lado, atendendo que grande parte dos jovens que terminam o ciclo de estudos são candidatos potenciais à procura de uma bolsa de estudos no exterior, pode-se deduzir a partir desta análise que a procura potencial de bolsas de estudo para a continuação dos estudos fora do sistema educativo é muito grande e constitui, neste momento, um dos grandes problemas do sistema educativo São-Tomense.

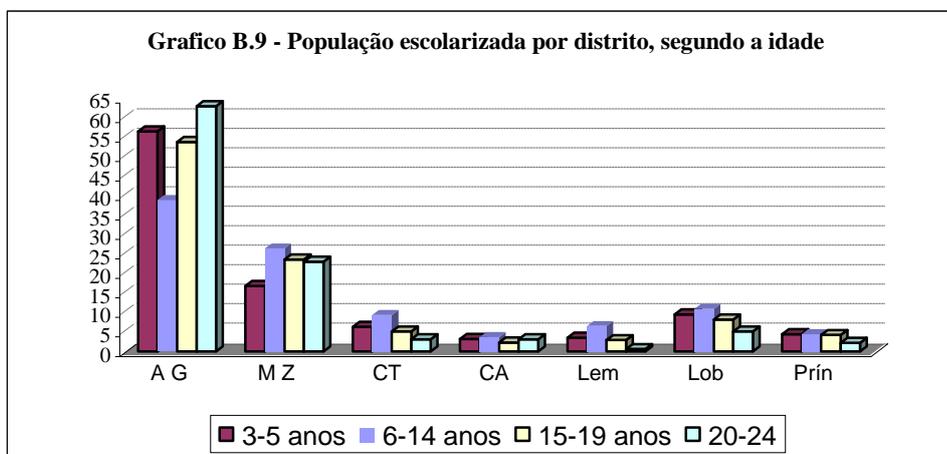
A nível do ensino primário, verifica-se uma ligeira supremacia dos efectivos masculinos em relação aos efectivos femininos. No ensino secundário básico, os efectivos femininos são superiores aos efectivos masculinos e nos níveis pré-universitário, médio e superior existe um grande equilíbrio entre os sexos, embora haja uma ligeira tendência para a prevalência do sexo feminino que o masculino.

Em relação aos níveis de ensino que, segundo a definição adoptada pelo recenseamento, indicam a classe concluída no momento do inquérito, existem também poucas diferenças entre os dois sexos em todos os níveis considerados. Todavia, existe uma predominância do sexo feminino no nível pré-escolar e nos níveis médio e superior onde se nota um maior número para o sexo feminino, embora a diferença não seja muito significativa (gráfico n.º B.8).



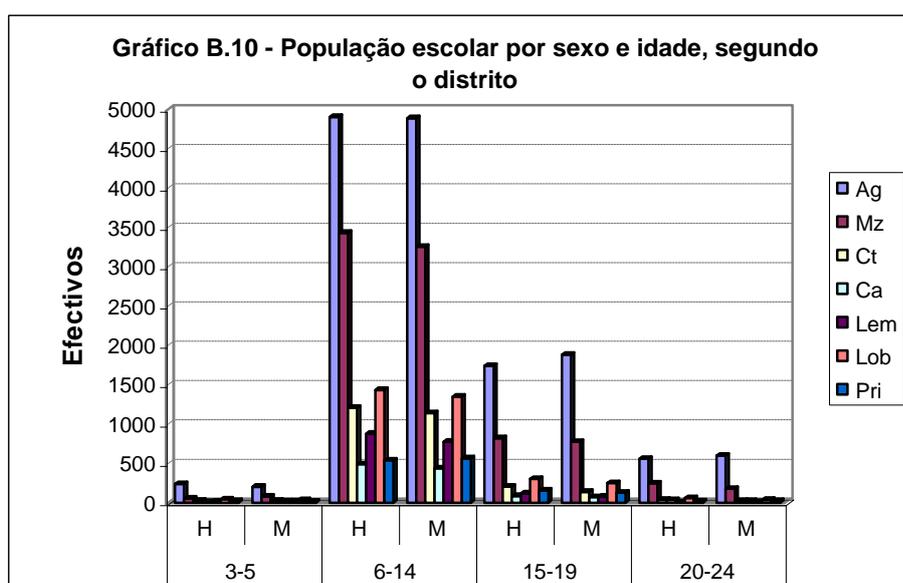
A repartição da população escolarizada por distrito (Tabela 3.3 em anexo), mostra que em Água Grande essa população é muito superior a dos outros distritos com um total de 15.005 alunos, quase o dobro dessa população para o distrito de Mé Zóchi que vem logo a seguir com 8.828 efectivos. No distrito de Lobata a população escolarizada atinge valores relativamente grandes, se comparada com a população total do distrito. Príncipe e Caué são os distritos com menor número de efectivos da população escolarizada, o que tem a ver com o número

reduzido da sua população (Gráfico B.9). Nesses distritos os índices são sempre inferiores a 5% para todas as idades, enquanto que em Lobata, Cantagalo e Lembá são inferiores a 10%.



A população escolarizada masculina é superior à feminina em quase todos os distritos, com excepção do distrito de Água Grande, onde se constata que a população feminina escolarizada é superior à população masculina, com respectivamente 7.569 raparigas contra 7.436 rapazes.

No entanto, a repartição por sexo e por idade não confirma essa regularidade em todos os distritos e em todas as faixas etárias. No distrito de Caué, nota-se por exemplo que na faixa etária dos 3-5 anos, a população escolarizada feminina é bastante superior à masculina, mas a tendência é logo invertida nas faixas etárias subsequentes. De uma forma geral, nota-se que na faixa etária dos 3-5 anos a população feminina escolarizada é superior à população masculina. Porém, nas faixas etárias seguintes, os efectivos da população masculina tornam-se logo superiores aos da população feminina em quase todos os distritos.



C.4. ANÁLISE GLOBAL DA ESCOLARIZAÇÃO

A análise global da escolarização fará referência à frequência escolar das pessoas dos 3 a 24 anos, sem ter em conta o nível do ensino. O cálculo da escolarização global foi feito a partir das taxas de escolarização, que foram obtidas pela relação entre as pessoas de uma determinada idade que frequentam um estabelecimento ou nível de ensino e as pessoas da mesma idade.

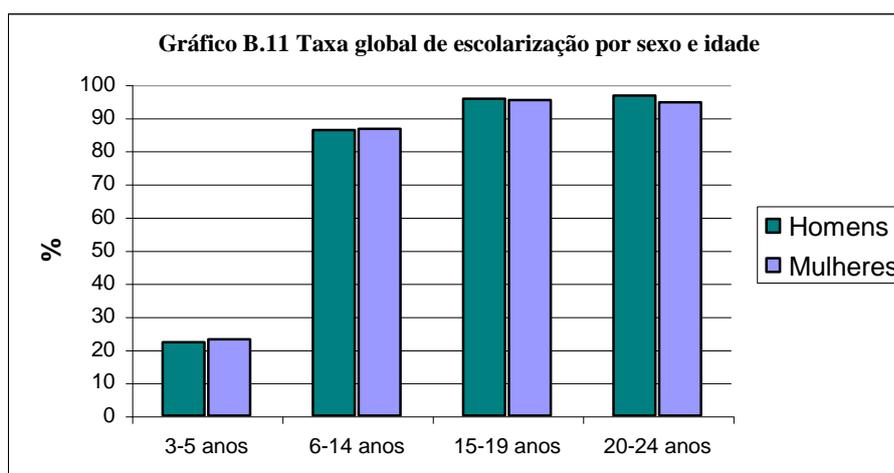
5.1. Taxas globais de escolarização

O nível de escolarização foi calculado através das taxas de escolarização nos diferentes segmentos etários, a saber: 3-5 anos, 6-14 anos, 15-19 anos e 20-24 anos.

As taxas globais de escolarização são indicadores muito importantes para avaliar a eficácia do sistema, pois permitem conhecer exactamente o seu nível de desempenho e o seu conhecimento permite às autoridades tomar as decisões que se impõem para uma melhor planificação da educação.

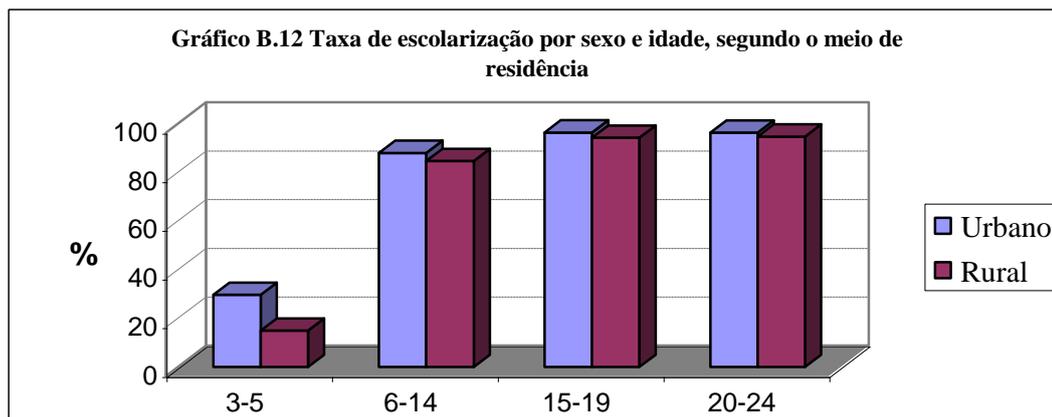
Os resultados do censo de 2001 (Tabela 4.1 em anexo) indicam que as taxas de escolarização aproximam-se dos 100% nas faixas etárias dos 15-19 e dos 20-24 anos, sendo respectivamente de 95,5% e 95,6%. As taxas são ligeiramente mais baixas na faixa etária dos 6-14 anos (86,4%) e muito baixas na faixa etária dos 3-5 anos 22,6%. (Gráfico 4.1) e são sempre ligeiramente superiores no sexo masculino (95,7% e 96,6 respectivamente)%, em relação ao sexo feminino (95,3% e 94,6%, respectivamente).

A repartição por sexo indica que as taxas de escolarização são relativamente superiores no sexo feminino nas faixas etárias dos 3-5 anos e dos 6-14 anos. A partir dos 15 anos, a situação é invertida, havendo uma relativa supremacia das taxas do sexo masculino que se acentua com o aumentar da idade, o que leva a concluir que apesar do acesso à escola ser igual para ambos os sexos, há uma diminuição das taxas do sexo feminino com o aumentar do nível de escolaridade. Tal facto, pressupõe um abandono escolar mais precoce das raparigas que os rapazes, cujas causas restam por esclarecer.



Em relação ao meio de residência, urbano e rural, nota-se que na faixa etária dos 3-5 anos existe uma grande diferença entre o meio urbano com 29,7% e o meio rural apenas com 15,0%. Para as outras faixas etárias as diferenças são menores entre o meio urbano e rural,

verificando-se sempre uma taxa ligeiramente mais baixa no meio rural (Gráfico B.12). É possível que a distribuição da rede escolar no interior do país, possa justificar esse equilíbrio para determinados níveis de ensino. Porém, a facilidade de acesso aos estabelecimentos de ensino de níveis mais avançados, é como foi dito anteriormente, mais dificultado porque os mesmos não existem no meio rural. É o caso, por exemplo do nível pré-universitário que só existe na capital do país e do nível secundário básico que possui estabelecimentos apenas nas capitais dos distritos. No entanto, a facilidade de acesso a estes níveis de ensino pode ser explicada pela curta distância a percorrer para lá chegar nalguns casos ou então pela grande disponibilidade de meios de transporte para os alunos.

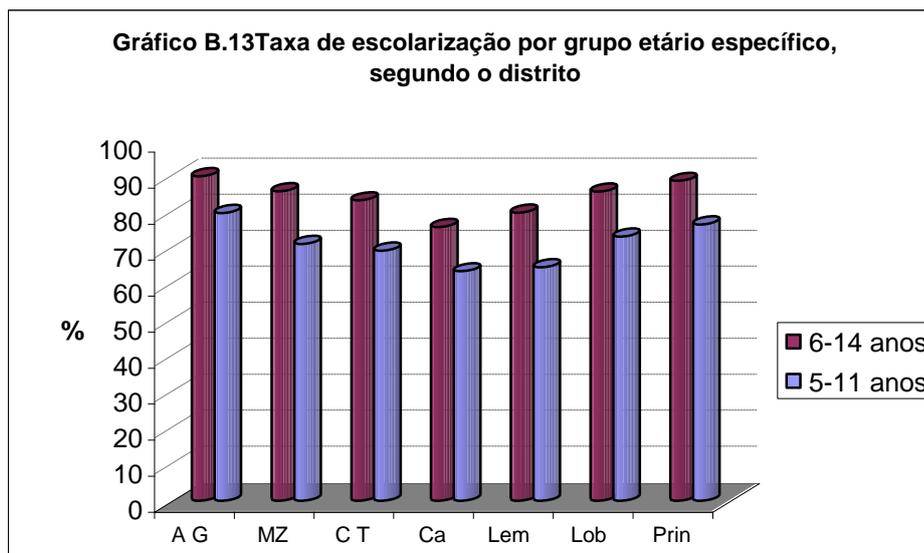


As taxas de escolarização por grupos etários específicos de 6-14 anos e 5-11 anos (gráfico n.º 4.3) permite avaliar a diferença existente na aplicação das políticas de idade e portanto na eficiência do sistema no cumprimento das regras que estão estabelecidas.

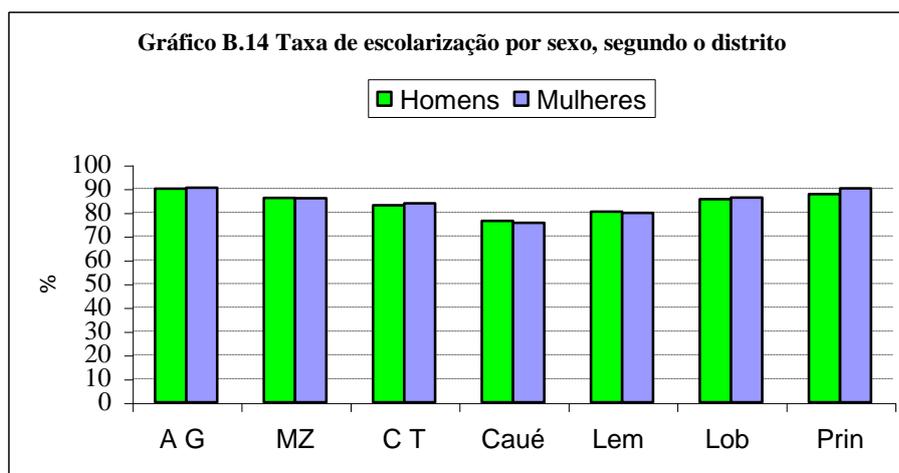
A análise das taxas de escolarização por distrito (Tabela 4.2 em anexo) demonstram, uma vez mais a supremacia de Água Grande (90,1% e 79,9% respectivamente) em relação aos demais distritos do país. Príncipe é a região que apresenta uma taxa mas alta logo a seguir ao distrito de Água Grande.

Nota-se uma diferença significativa para as taxas, se os valores forem calculados utilizando a faixa etária dos 6-14 que correspondem a escolaridade básica obrigatória, ou a faixa etária dos 5-11 anos, com uma diferença ligeira predominância para a faixa etária dos 6-14 anos em todos os distritos. Este facto é consequência da fraca escolarização verificada nas faixas etárias inferiores aos 5 anos de idade.

A repartição por sexo indica que nas faixas etárias dos 3-5 anos e dos 6-14 anos, a taxa de escolarização é superior no sexo feminino, tanto no meio urbano como no meio rural, mas ela inverte-se nas faixas etárias dos 15-19 anos e 20-24 anos.



As diferenças entre as taxas específicas de escolarização (6-14 anos) ou (5-11anos) por distrito mostram que não existem diferenças muito significativas entre esses dois indicadores em todos os distritos, sendo que as maiores diferenças verificam-se em Mé-Zóchi (14,6%) e em Cantagalo (14%). A diferença menor verifica-se no distrito de Lembá (6%), o que pode indicar um melhor cumprimento das políticas de idade escolar neste distrito.



5.2. Taxa de escolarização específica por idade e sexo

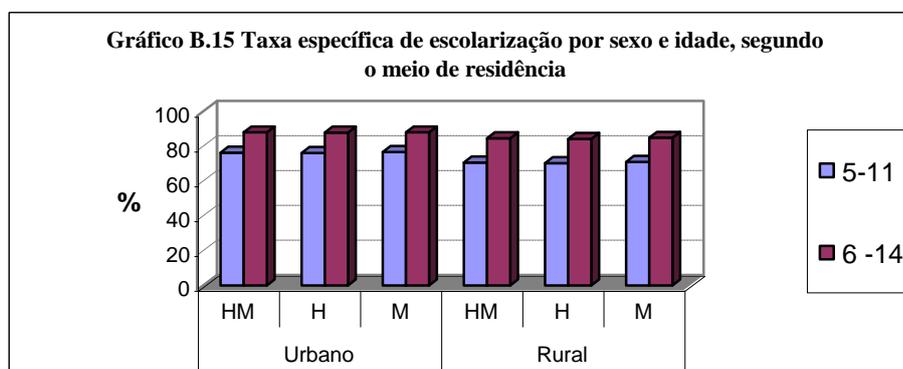
A análise da escolarização por ano de idade e por sexo é feita através das taxas específicas de escolarização (Tabela 4.3 em anexo). Estas taxas medem as oportunidades reais que tiveram as crianças em idade de escolaridade obrigatória em frequentar uma escola durante o ano escolar e académico 2000-2001 em STP.

Em relação ao sexo, nota-se que nesta faixa etária há sempre uma taxa superior do sexo feminino em todos os distritos com excepção do distrito de Mé Zóchi, onde as taxas masculinas são sempre superiores para os dois casos.

Idade	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6-14	86,4	86,2	86,6	88,0	87,9	88,0	84,6	84,3	84,9
5-11	73,7	73,4	74,0	76,4	76,2	76,7	70,7	70,3	71,0
Total	87,2	87,2	87,2	89,1	89,0	89,1	84,9	85,2	84,7

A análise da Tabela B.7 mostra que as taxas específicas de escolarização variam muito significativamente se for tomada em consideração a faixa etária 6-14 anos ou 5-11 anos. A taxa específica de 6-14 anos reflecte melhor a realidade santomense porque compreende a idade de 6 anos, ano de início da escolaridade em S. Tomé e Príncipe.

Neste sentido verifica-se que ao nível nacional essa taxa é de 86,4% para esse grupo específico, sendo 86,2% para o sexo masculino e 86,6% para o sexo feminino, enquanto que para a faixa etária 5-11 anos essa taxa é de 73,7% ao nível global, com 73,4% para o sexo masculino e 74,0% para o sexo feminino. (gráfico B.15).



Em relação ao meio de residência, urbano e rural, verifica-se que a taxa de escolarização específica para a faixa etária do 6-14 anos é um pouco mais elevada no meio urbano (88,0%) onde ela é superior à média nacional (86,4%) e um pouco mais baixa que média nacional (84,6%) no meio rural.

Verifica-se por outro lado, que essa taxa é ligeiramente superior no sexo feminino, tanto no meio urbano, 88,0%, contra 87,9% como no meio rural, 84,9% contra 84,3%.

C.5. ESCOLARIZAÇÃO NO PRIMÁRIO

O ensino primário é geralmente considerado como o ensino de base. Por esta razão, a sua análise merece uma atenção particular na medida em que os dados podem fornecer elementos para uma melhor compreensão do acesso à educação, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde em muitos casos, o acesso à educação não é universal. Determinados Estados comprometeram-se a realizar uma escolarização universal até 2015 como um dos objectivos do milénio. A análise da escolarização no primário permite, assim, avaliar a política ou os programas de educação postos em prática para atingir este objectivo.

Em São Tomé e Príncipe, o ensino primário é efectivamente o ensino de base obrigatório para todas as crianças em idade escolar, compreendendo uma escolarização de 4 anos, no fim dos quais os alunos são avaliados através de um exame nacional de fim de ciclo primário.

A análise deste capítulo permite-nos avaliar a eficácia do sistema assim concebido e os principais problemas com que se confronta este nível de ensino.

6.1. Efectivos do ensino primário

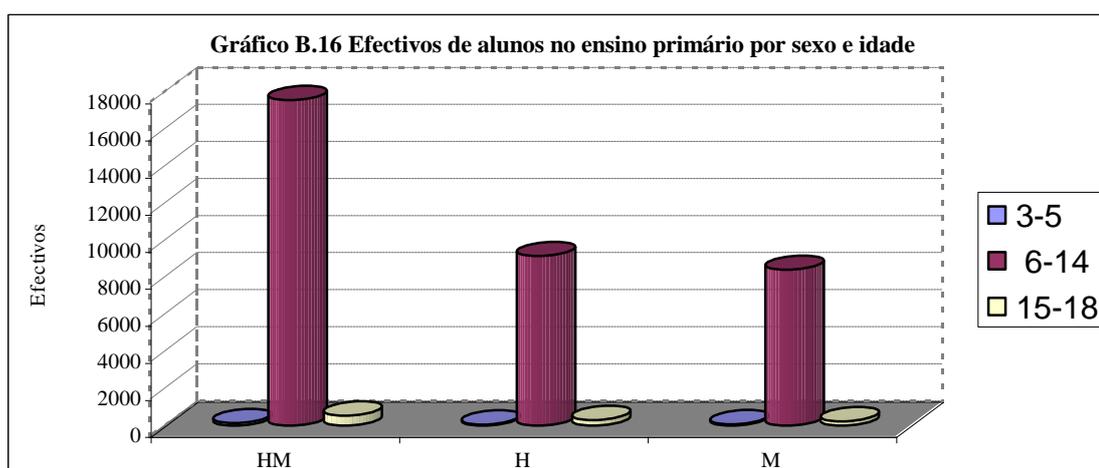
A análise dos efectivos do Ensino primário é feita a partir da tabela B.8 em anexo, cujos dados permitiram efectuar a tabela seguinte.

Verifica-se que este nível de ensino conta com um efectivo global de 18.257 alunos, dos quais 9.525 (52,2%) são do sexo masculino e 8.732 (47,8%) são do sexo feminino. A maior parte dos efectivos do ensino primário concentra-se naturalmente na faixa etária dos 6-14 anos, que é a idade estabelecida pela lei. Essa faixa etária representa 96,3% dos efectivos deste nível de ensino.

Idade	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
3-5	141	63	78	85	39	46	56	24	32
6-14	17.574	9.157	8.417	9.218	4.762	4.456	8.356	4.395	3.961
15-18	542	305	237	270	142	128	272	163	109
Total	18.257	9.525	8.732	9.573	4.943	4.630	8.684	4.582	4.102

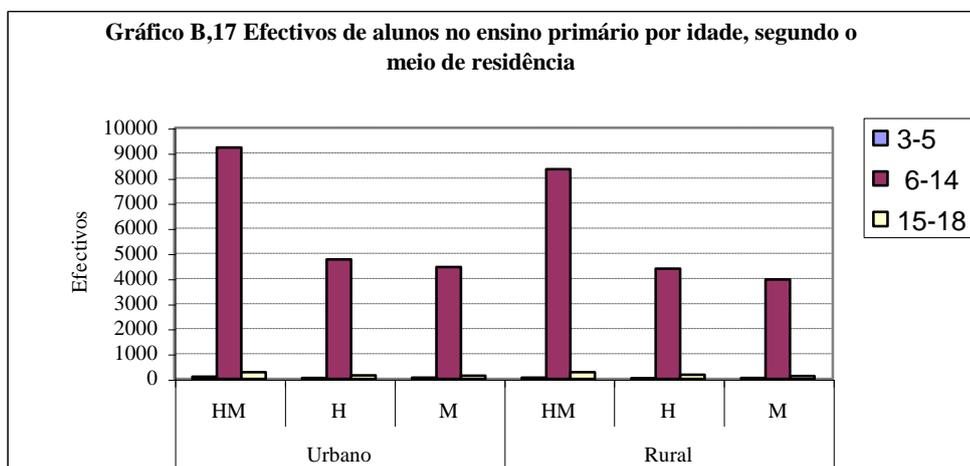
Todavia, nota-se uma percentagem relativamente importante e preocupante (3%) dos efectivos deste nível de ensino com idade superior aos 15 anos. Se ativermos à lei que determina a idade máxima para este nível de ensino até aos 14 anos, este facto pode indicar um índice de permanência na escola muito superior ao previsto pela lei e indiciar fenómenos de repetência de relativa importância.

A faixa etária dos 3-5 anos representa apenas 0,7% do total dos efectivos deste nível de ensino, indicando uma fraca precocidade na escolaridade obrigatória a nível nacional.



A distribuição por meio de residência urbano rural, indica que 52,4% (9.573) do total dos efectivos deste nível de ensino encontra-se no meio urbano, contra 47,6% (8.684) do meio rural.

Em qualquer um dos dois meios de residência, urbano ou rural, os efectivos masculinos são sempre superiores aos efectivos femininos, sendo de 4.943 alunos do sexo masculino no meio urbano contra 4.630 alunos do sexo feminino e 4.582 alunos do sexo masculino no meio rural contra 4.102 do sexo feminino, com excepção da faixa etária dos 3-5 anos, em que o efectivo da população feminina é superior ao da masculina, tanto no meio urbano como rural.



6.2. Taxas aparentes e taxas líquidas no primário

5.2.1. A nível global

A taxa aparente (ou bruta) de escolarização no primário é calculada a partir dos efectivos de alunos do primário e os efectivos das faixas etárias dos 6-14 anos (ou dos 5-11 anos), enquanto que a taxa líquida de escolarização no primário é obtida através da relação entre a população dos 6-14 anos (ou dos 5-11 anos) que frequenta o ensino primário sobre a população total da mesma faixa etária no denominador. A diferença entre estas duas taxas traduz a importância de pessoas outras, além daquelas das faixas etárias consideradas, que se encontram ainda ou já no ciclo primário, enquanto que elas deveriam estar noutros níveis de ensino. Noutros termos, a diferença entre a taxa aparente e a taxa bruta no primário pode indicar o nível da implementação do regulamento em matéria de controlo dos efectivos dos estabelecimentos escolares, a manifestação de uma escolarização tardia ou precoce, ou o fenómeno das repetências. Por outro lado, essas taxas são elementos pertinentes para a planificação escolar, sobretudo da política de educação de base ou elementar.

A análise da taxa de escolarização é indispensável na análise da política educativa quando a prioridade é o ensino primário, como é o caso em São Tomé e Príncipe.

Quantas crianças são escolarizadas pelo sistema educativo, onde se encontram, como estão distribuídas, os principais desequilíbrios territoriais são, entre outras, as questões que podem interessar nesta análise.

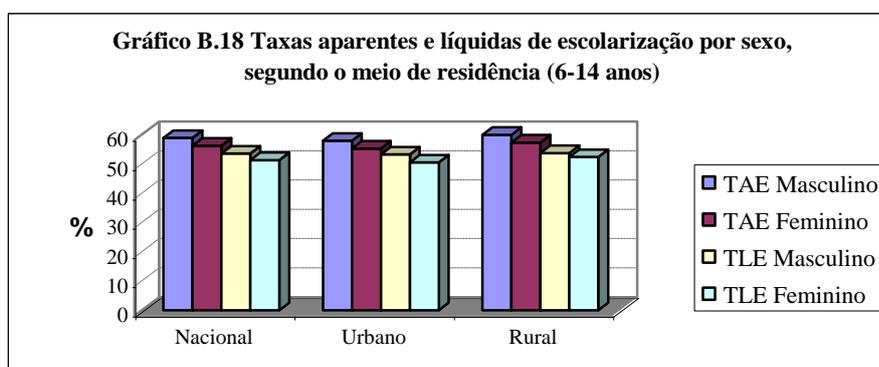
A análise das Taxas Bruta e Líquida de escolarização no Ensino Primário foi feita a partir da tabela n.º 5.2 em anexo. A Taxa Aparente ou Bruta de escolarização é de 58,9% para o sexo masculino e de 56,2% para o sexo feminino se tomarmos em conta a faixa etária dos 6-14, enquanto que ela é de 74,4% para o sexo masculino e 71,4% para o sexo feminino se atendermos à faixa etária dos 5-11 anos.

A Taxa Líquida de escolarização é de 53,5% para o sexo masculino e 51,3% para o sexo feminino atendendo à faixa etária dos 6-14 anos e de 55,4% para o sexo masculino e 55,0%, para o sexo feminino atendendo à faixa etária dos 5-11 anos de idade (gráfico B.18).

A análise das duas taxas indicam que a taxa de líquida de escolarização é sempre inferior à taxa bruta para os dois sexos, para a faixa etária dos 6-14 anos. A diferença entre os dois sexos é significativa, sendo as taxas para o sexo feminino relativamente inferiores que as do sexo masculino.

Estas taxas são mais elevadas no meio rural que no meio urbano, podendo isto indicar em certa medida uma maior eficácia do sistema no meio rural. As taxas variam consideravelmente se considerarmos a faixa etária dos 6-14 anos ou dos 5-11 anos. Atendendo à organização do sistema educativo, as taxas dos 6-14 anos é muito mais moderada e reflectem melhor a situação real do país.

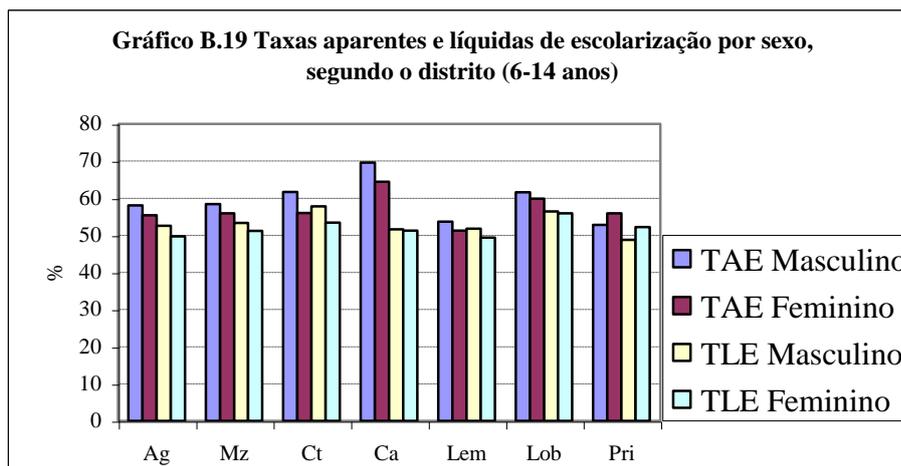
A taxa líquida de escolarização no ensino primário é superior no sexo masculino, tanto no meio urbano como no meio rural.



5.2.2. Variação regional

As variações regionais indicam que Caué é o distrito onde a taxa bruta de escolarização no ensino primário é a mais elevada, mas é em Cantagalo onde a taxa líquida de escolarização é a mais elevada, o que pode significar que de entre todas as crianças em idade escolar na faixa etária dos 6-14 anos é em Cantagalo onde esse número é maior no ensino primário.

De uma forma geral, as taxas do sexo masculino são mais elevadas em quase todos os distritos. As diferenças entre os sexos é variável, sendo mais elevada no distrito de Cantagalo. Só na Região Autónoma do Príncipe é que as taxas de escolarização femininas são mais altas que as do sexo masculino (gráfico B.19).



F. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

D.1. Ao nível global

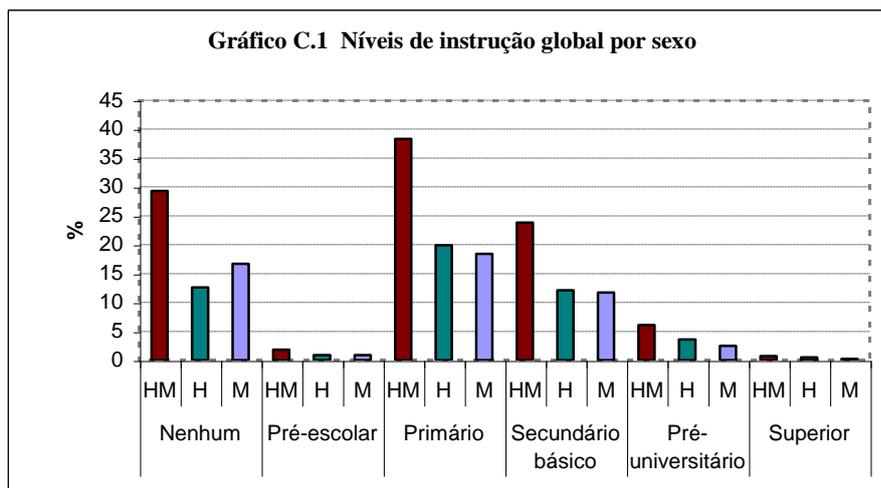
O nível de instrução é um dos principais indicadores para medir o grau de implementação do sistema educativo. Constitui um indicador importante para avaliar o stock de recursos humanos disponíveis e mobilizáveis para o seu desenvolvimento.

O nível de instrução foi definido pelo recenseamento como sendo a classe mais elevada concluída pela pessoa. Foram considerados os diferentes níveis de ensino previstos pelo sistema educativo, incluindo os níveis médios e superiores embora estes não estejam definidos no sistema.

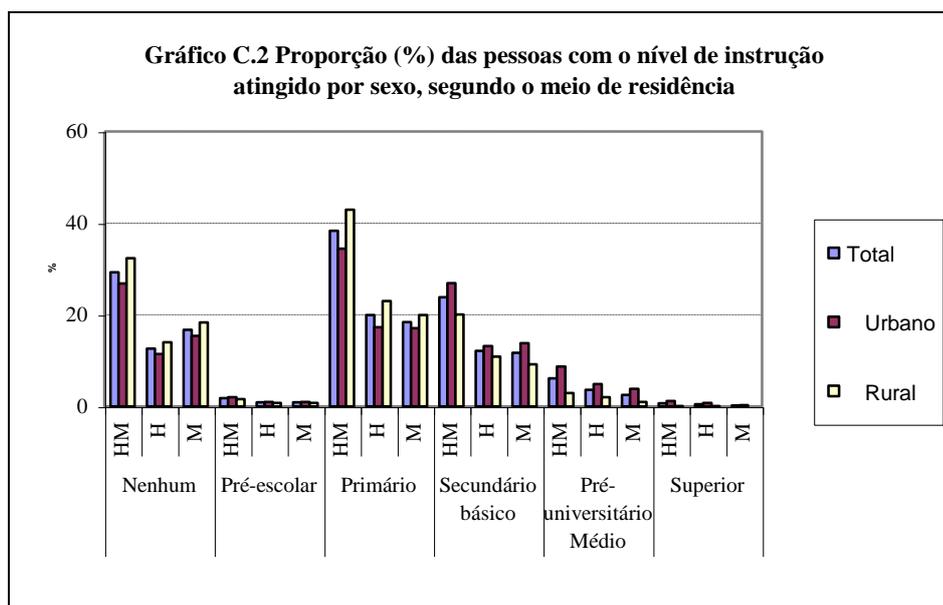
A análise dos níveis de instrução foi feita a partir da tabela 7.1 em anexo. Os dados mostram que 29.3% da população não tem qualquer nível de instrução; 1,8% possui o nível Pré-escolar; 38.3% possui o nível Primário, 23.8% o nível Secundário Básico, 6.1% o nível Pré-Universitário e apenas 0.7% o nível Superior.

A repartição por sexo, indica que os níveis de instrução do sexo feminino são sempre inferiores ao sexo masculino, com excepção do nível Pré-escolar, onde se verifica uma igualdade nas percentagens (0,9%) para os dois sexos.

Por outro lado, em relação às pessoas que não possuem qualquer nível de instrução, verifica-se uma proporção superior do sexo feminino (16.7%) contra (12.6%). Portanto existem mais pessoas do sexo feminino sem qualquer nível de instrução que pessoas do sexo masculino, conforme se pode observar no gráfico C.1



A análise dos dados mostra ainda que em relação à diferença entre os meios urbano e rural (gráfico C.2), verifica-se que de uma maneira geral, os níveis de instrução atingidos são mais elevados no meio urbano que no meio rural, com exceção do nível primário, onde se verifica que existem mais pessoas com o nível de instrução primário atingido no meio rural (34,4%), que no meio urbano (42,9%). Por outro lado, verifica-se que existem mais pessoas no meio rural que não têm qualquer nível de instrução (32,3%) que no meio urbano (26,8%).



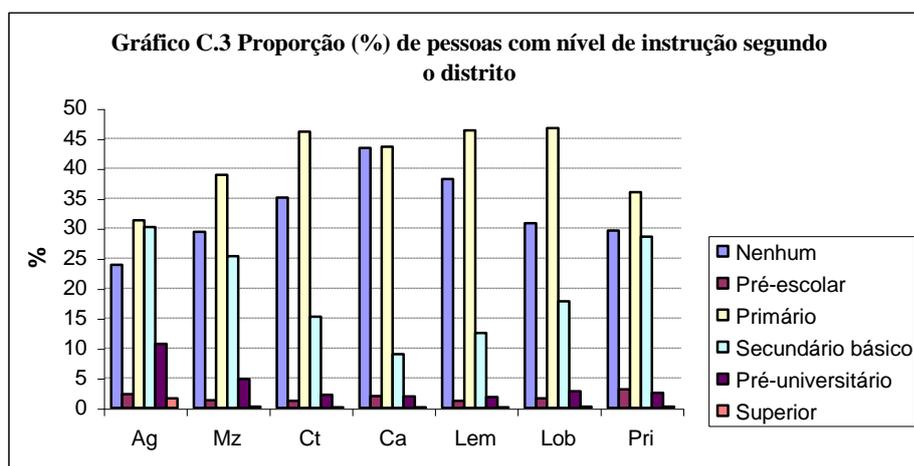
D.2. Variações regionais

As variações regionais indicam que é em Agua Grande e Mé-Zochi onde a proporção daqueles que não têm qualquer nível de instrução é menor (23,9% e 29,4% respectivamente) contra 43,4% de Caué que é o distrito onde essa proporção é mais elevada.

Em contrapartida, os níveis de instrução mais elevados (médio e superior) têm maior expressão em Agua Grande e Mé-Zochi, sendo no entanto, as diferenças significativamente mais elevadas no primeiro caso. Por exemplo, Água Grande tem uma proporção de pessoas

com formação superior (1,6%) superior à média nacional que é apenas de 0,7% enquanto que em Mé-Zóchi essa proporção é apenas de 0,2%.

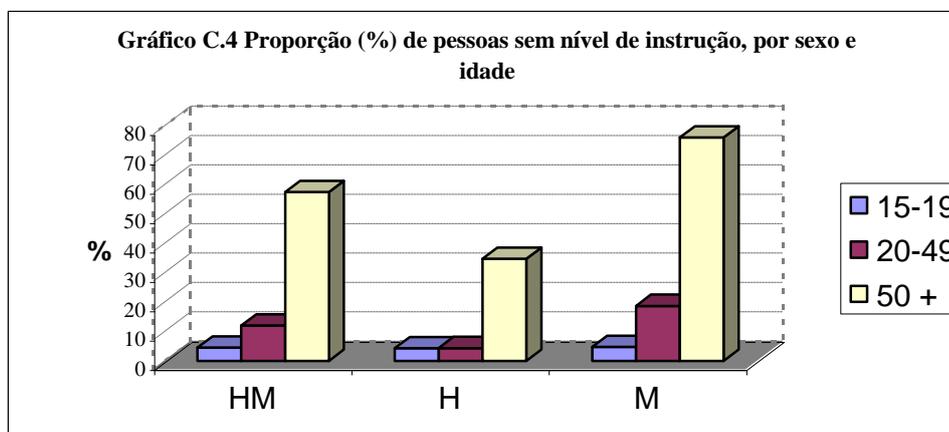
O distrito de Caué é de todos aquele onde a taxa do nível de instrução secundária básica é a mais baixa (9,0%), contrapondo-se com Água Grande onde essa taxa é a mais alta (30,2%). Lobata é o distrito onde a taxa do nível de instrução primária é a mais elevada. Por outro lado, é em Caué onde se encontra a mais elevada taxa de população sem qualquer nível de instrução 43,4% (gráfico C.3).



3.1. Ausência de instrução

A ausência de instrução refere-se de forma específica às pessoas que não sabem ler nem escrever e nunca tiveram portanto, a oportunidade de frequentar um estabelecimento de ensino escolar. No caso vertente, pode ser equiparado ao analfabetismo, tendo em conta que o analfabetismo foi definido como sendo a qualidade de uma pessoa de idade 10 anos ou mais e que não sabe ler nem escrever. Os dados sobre a ausência de instrução são fornecidos pela tabela 7.2 em anexo.

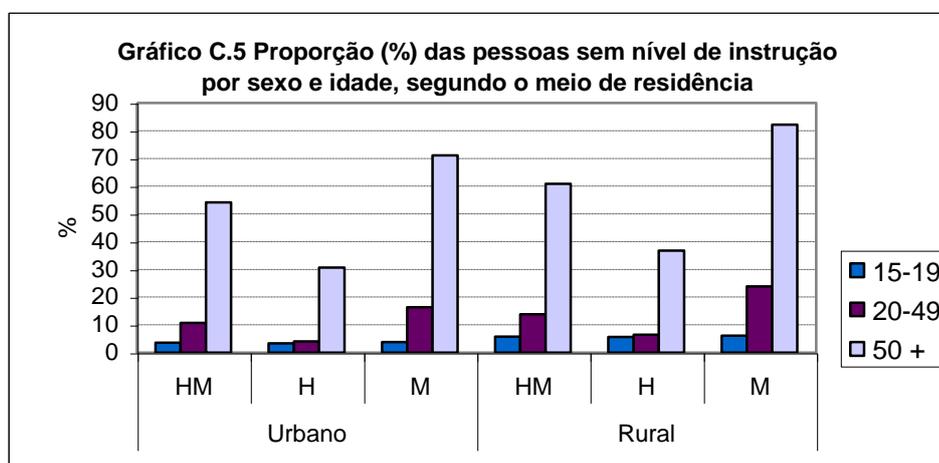
As proporções de pessoas sem qualquer nível de instrução, foram calculadas a partir dos 15 anos, idade em que elas são consideradas de analfabetas se não souberem ler ou escrever em qualquer uma língua. Neste contexto a taxa de analfabetismo global é de 15,4%, sendo de 7,9% na população masculina e de 22,4% na população feminina (gráfico C.4).



Verifica-se um aumento progressivo da taxa do analfabetismo com o aumentar da idade, pois as taxas são baixas na faixa etária dos 15-19 anos, um pouco mais elevadas na faixa etária dos 20-49 anos e bastante elevadas na faixa etária superior aos 50 anos.

As diferenças estão bem marcadas entre o meio urbano e o meio rural, sendo que no meio rural, as taxas são muito mais elevadas do que no meio urbano, como é natural tendo em conta o legado do passado, no qual o analfabetismo era um fenómeno predominantemente rural (gráfico C.5).

As diferenças entre os sexos são igualmente muito notórias, sempre em detrimento do sexo feminino para todas as idades, apresentando taxas muito mais elevadas que o sexo masculino. Nalguns casos, essa diferença é o dobro ou o triplo. Assim, as mulheres possuem no geral, níveis de analfabetismo muito mais elevados que os homens, principalmente no meio rural onde as mulheres são ainda mais atingidas se comparadas com as do meio urbano. Um outro factor é igualmente a idade, pois nota-se que as mulheres de idade avançada são mais atingidas que as mulheres mais jovens.

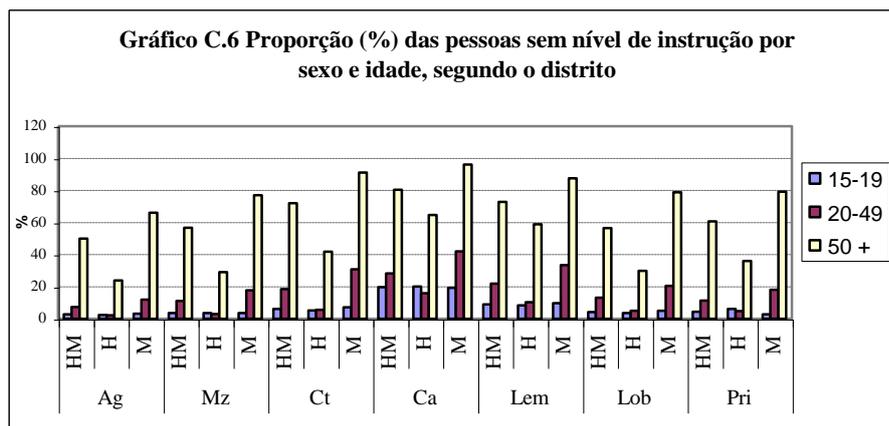


3.2. Variações Regionais

A variação territorial por distrito da proporção das pessoas sem qualquer nível de instrução é dada pela tabela 7.3 em anexo. Esta variação mostra que Caué é o distrito onde a proporção de pessoas analfabetas, portanto sem qualquer nível de instrução, é mais elevada com 32,0%. Seguem-se os distritos de Lembá e Cantagalo, com respectivamente, 23,6% e 21,7%.

Os distritos de Água Grande e Mé Zóchi apresentam taxas mais baixas, com respectivamente, 10,5% e 15,1%. Verifica-se por outro lado, que não existem diferenças significativas entre a Região do Príncipe e o distrito de Lobata, atingindo ambos uma proporção de cerca de 16%.

Os valores são baixos na faixa etária dos 15-19 anos, aumentam ligeiramente na faixa etária dos 20-49 anos e são bastante mais elevados a partir dos 50 anos. (gráfico C.6). conclui-se portanto que de uma maneira geral, os valores aumentam progressivamente com o aumentar da faixa etária.

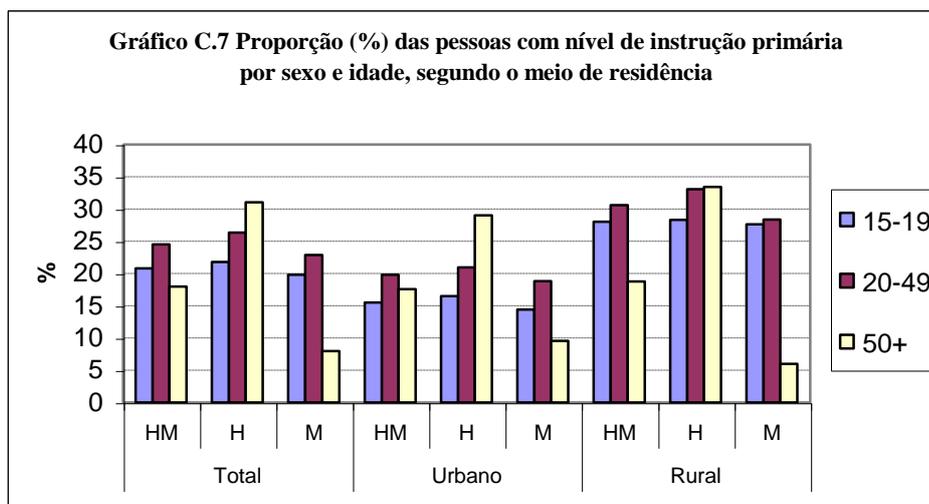


3.3 . Instrução primária

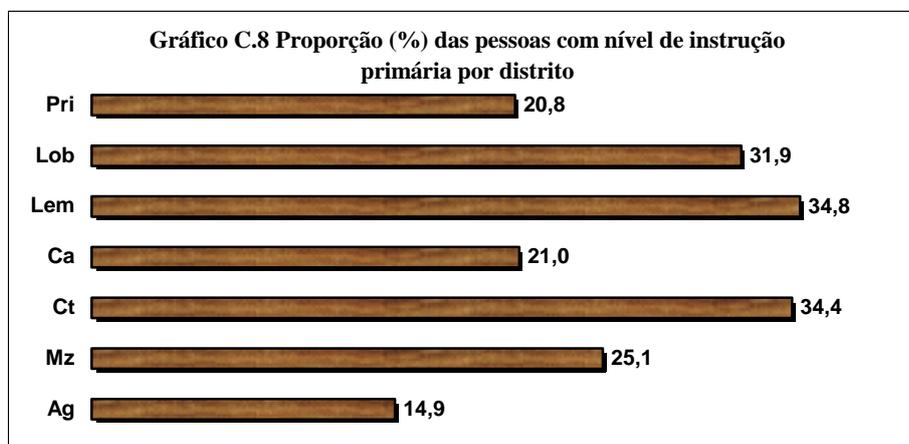
A análise da população com nível de instrução primária é feita a partir da tabela 7.4 em anexo e do gráfico C.7. 23% da população possui um nível de instrução primária, dos quais, 25,8% do sexo masculino e 20,4% do sexo feminino. A variação das pessoas com nível de instrução primária, representa uma pirâmide, onde os valores começam por ser menos elevados na faixa etária dos 15-19 anos, são mais elevados na faixa etária dos 20-49 anos e decrescem a partir dos 50 anos, onde os valores são claramente menos elevados com tendência para diminuir à medida que se avança na idade. isto significa que uma grande parte da população com apenas nível de instrução primária localiza-se na faixa etária dos 20-49 anos (gráfico C.7).

No meio urbano, a proporção é superior na faixa etária dos 20-49 anos, mas é predominante nos homens da faixa etária dos 50 anos e mais. As mulheres do meio urbano representam proporções menores que a dos homens em todas as faixas etárias.

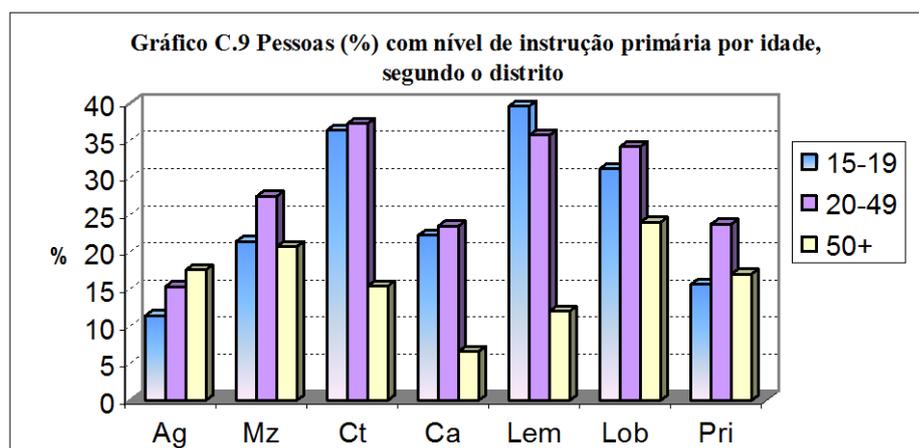
No meio rural, as proporções são mais elevadas que no meio urbano, sendo predominante na faixa etária dos 20-49 anos. Os homens do meio rural apresentam valores mais elevados que as mulheres em todas as faixas etárias, principalmente a partir dos 50 anos. Em relação a este nível de instrução, verifica-se um certo equilíbrio entre a população masculina nas faixas etárias do meio rural.



A repartição da população com nível primário por distrito apresenta a seguinte distribuição: Os valores mais elevados observam-se nos distritos com tendência mais rural, nomeadamente, Lembá com 34,8% é o distrito onde essa proporção é a mais elevada, seguindo-se de Cantagalo e Lobata, respectivamente com 34,4% e 31,9%. Água Grande é o distrito onde essa proporção é menor, apenas com 14,9% (Gráfico 7.8), o que está de acordo com a distribuição entre os meios urbano e rural apresentados anteriormente.



a repartição por distrito e por idade, mostra que em Lembá, a população dos 15-19 anos apresenta valores mais elevados, seguindo-se os distritos de Cantagalo e Lobata, mas nesses distritos, a faixa etária dos 20-49 anos apresenta valores mais elevados. A mesma situação é verificada em Príncipe e os restantes distritos. No distrito de Água Grande, a faixa etária dos 50 anos e mais apresenta valores mais elevados que as outras faixas etárias, o que não se verifica nos demais distritos. Em contrapartida em Caué, essa faixa etária apresenta valores muito baixos, o que denota que nesse distrito os níveis de instrução não são muito elevados (gráfico C.9).



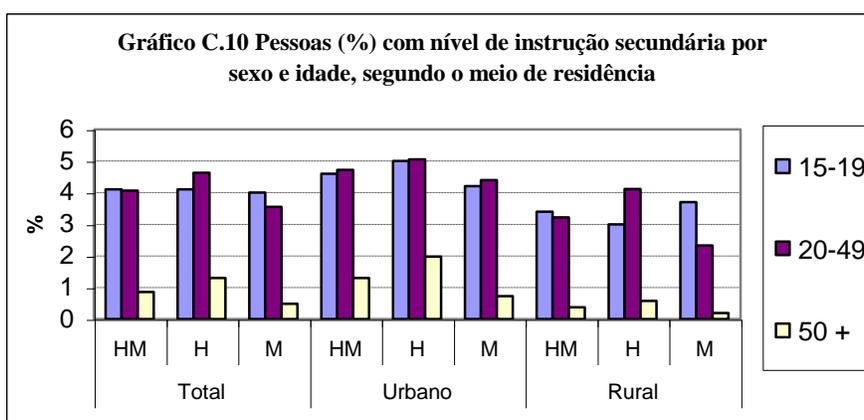
3.4 . Instrução secundária

A estrutura do sistema educativo preconiza uma organização do ensino secundário em dois níveis consecutivos: um nível secundário-básico que é a continuidade do primário e um nível pré-universitário que prepara o indivíduo, seja para uma formação profissional, seja para uma formação universitária. A análise do nível de instrução secundária abrange portanto estes dois níveis.

A análise da estrutura do nível do ensino secundário é feita a partir da tabela 7.6 em anexo.

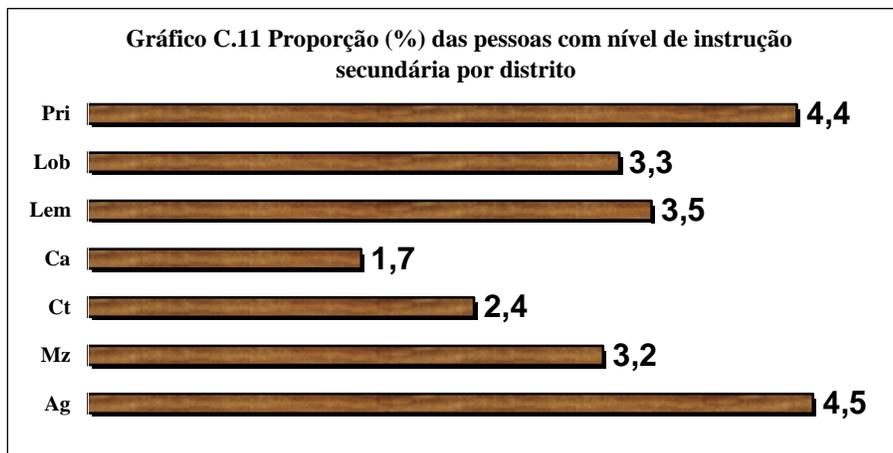
Os dados da população são-tomense por nível de instrução secundária mostram que apenas 3,6% da população possuem este nível de instrução, dos quais 4,1% do sexo masculino e 3,2% do sexo feminino. Verifica-se que essa proporção é ligeiramente superior na faixa etária dos 15-19 anos, seguindo-se da faixa dos 20-49 anos. A partir dos 50 anos, constata-se uma brusca diminuição dos valores. Em qualquer um dos casos, observa-se que os valores do sexo masculino são superiores aos do sexo feminino, mas a diferença é mais significativa nas faixas etárias mais avançadas.

As diferenças são muito significativas entre o meio urbano e rural, apresentando estes valores mais baixos em todas as faixas etárias.. verifica-se que no meio rural, a proporção de pessoas do sexo feminino na faixa etária dos 15-49 anos é superior no sexo feminino ao sexo masculino. (gráfico C.10).

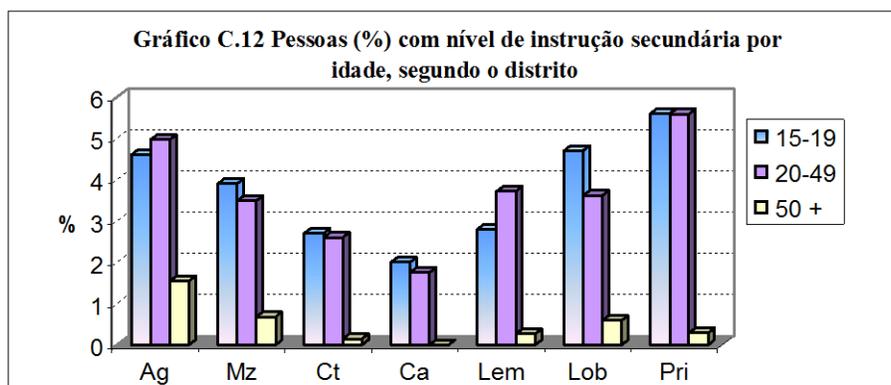


Os níveis de instrução secundária são mais elevados no meio urbano, cuja taxa é de 4,3% contra 2,8% na população rural, onde ainda é mais recente, visto que os valores mais elevados encontram-se em faixas etárias mais jovens.

As variações regionais indicam que o distrito de Água Grande apresenta valores mais elevados que todos os outros distritos, com 4,5%, seguido logo de imediato pela Região do Príncipe, com 4,4%. Os distritos de Caué (1,7%) e Cantagalo (2,4%), ambos situados na zona sul do país, apresentam valores mais baixos (gráfico C.11).



A análise da variação por distrito e por idade, mostra duas situações diferentes: nos distritos de Agua Grande, Lembá e em certa medida, na Região do Príncipe, os valores das faixas etárias dos 15-19 anos, são inferiores que os da faixa etária dos 20-49 anos. Em contrapartida, nos distritos de Mé-Zóchi, Cantagalo, Caué e Lobata, a situação é inversa. Em ambos os casos, os valores dessas duas faixas etárias apresentam um certo equilíbrio. Em contrapartida, para a faixa etária dos 50 anos e mais, os valores são muito inferiores aos das faixas etárias anteriores, apresentando diferenças significativas. No distrito de Caué, por exemplo, os valores dessa faixa etária são praticamente nulos (gráfico C.12).



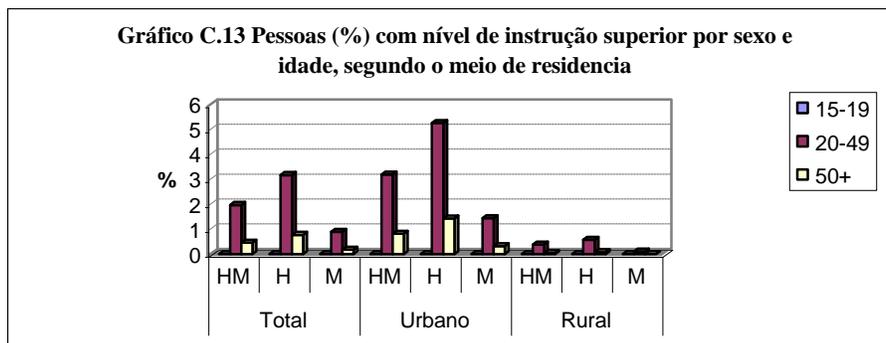
3.5. Nível de ensino superior

O nível de instrução superior representa uma proporção muito pouco significativa na população santomense. Com efeito, 1,0% da população residente do país tem um nível de formação superior, sendo, 1,5% para o sexo masculino e 0,5% para o sexo feminino.

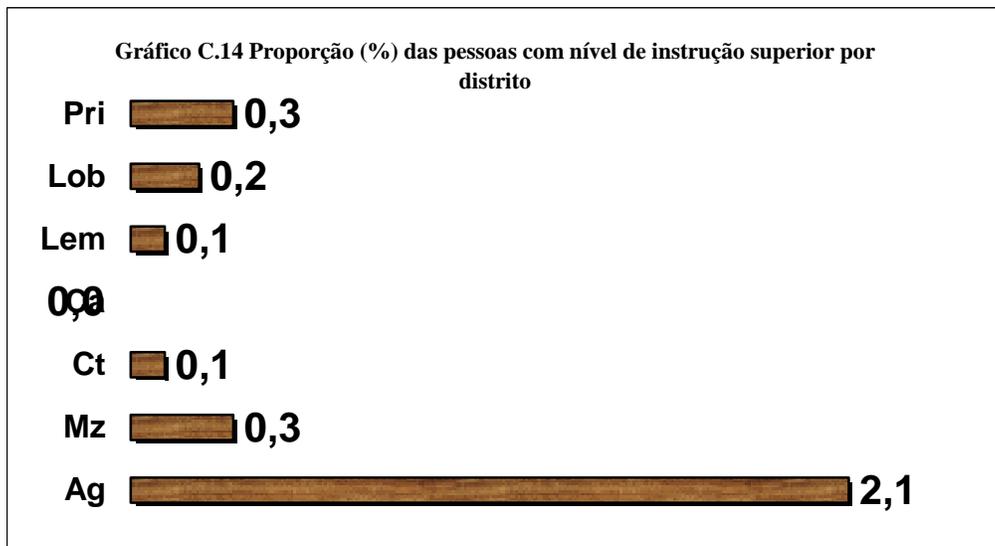
É na faixa etária compreendida entre os 40 e os 49 anos de idade, onde se encontra concentrada a maior quantidade de pessoas com este nível de formação. Esta população concentra-se predominantemente no meio urbano, atingindo 1,6%, portanto, superior à média nacional.

É sobretudo na população masculina urbana onde se encontra concentrada a população com este nível de formação, que atinge 2,6%.

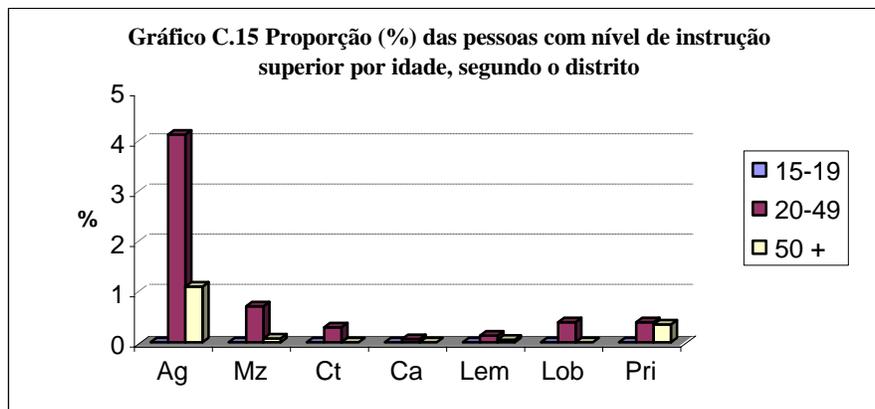
A diferença entre os sexos é bastante significativa, sendo que, há uma esmagadora predominância do sexo masculino sobre o sexo feminino. No meio rural, praticamente não existem pessoas com formação superior, de tal modo as proporções são baixas (gráfico C.13).



Uma análise mais detalhada ao longo do território nacional mostra que a população com formação superior, além de ser masculina, encontra-se concentrada principalmente no distrito de Água Grande (2,1%). Os outros distritos apresentam dados quase marginais, sendo que em Caué, a distribuição é insignificante ou quase nula. (gráfico C.14).



Apenas no Distrito de Agua Grande e na Região do Príncipe, os dados sobre a população de idade superior a 50 anos, adquirem uma certa importância, sendo que na Região do Príncipe, os valores são quase equilibrados para a faixa etária dos 20-49 anos e 50 anos e mais. (gráfico C.15).



F. ALFABETIZAÇÃO

Os níveis de alfabetização de uma população constituem o reflexo do nível alcançado pelo sistema educativo de um país e o seu avanço, mas revelam também um indício do potencial humano que pode dedicar-se ao desenvolvimento económico, social e cultural do país.

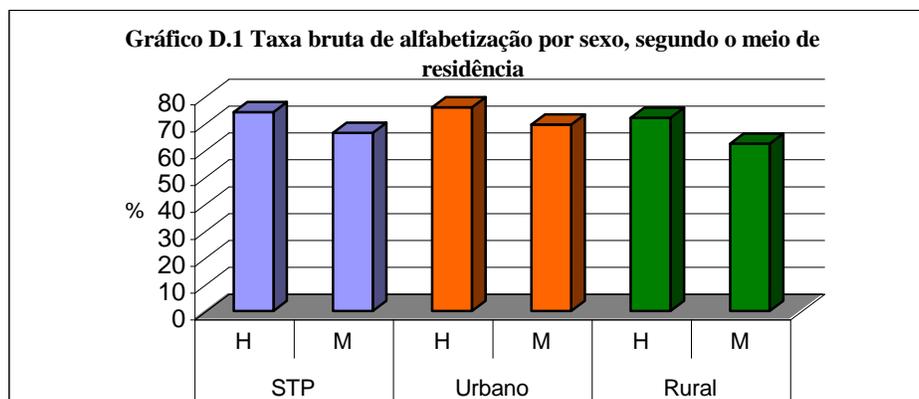
A alfabetização foi definida pelo recenseamento como sendo a capacidade para ler e escrever, mesmo com dificuldades, numa certa língua. Foi assim considerada como alfabetizada toda a pessoa capaz de ler e escrever numa língua qualquer.

Nesta secção analisa-se o nível de alfabetização global, a alfabetização segundo os diversos grupos etários e a variação regional.

D.1. Ao nível global

A taxa global de alfabetização, de acordo com o censo de 2001, é de 70%, sendo 73,9% para os homens e 66,2% para as mulheres (tabela 8.1 em anexo). Este valor pode ser considerado bastante satisfatório e reflecte os esforços que têm vindo a ser feitos para a erradicação do analfabetismo em São Tomé e Príncipe desde a independência (gráfico D.1).

As diferenças entre o meio urbano e rural são significativas, sendo que, no meio urbano as taxas são mais elevadas e atingem 72,4%, sendo 75,7% para os homens e 69,3% para as mulheres. No meio rural as taxas são mais baixas, sendo globalmente de 67,1%, com 71,8% para os homens e 62,2% para as mulheres.

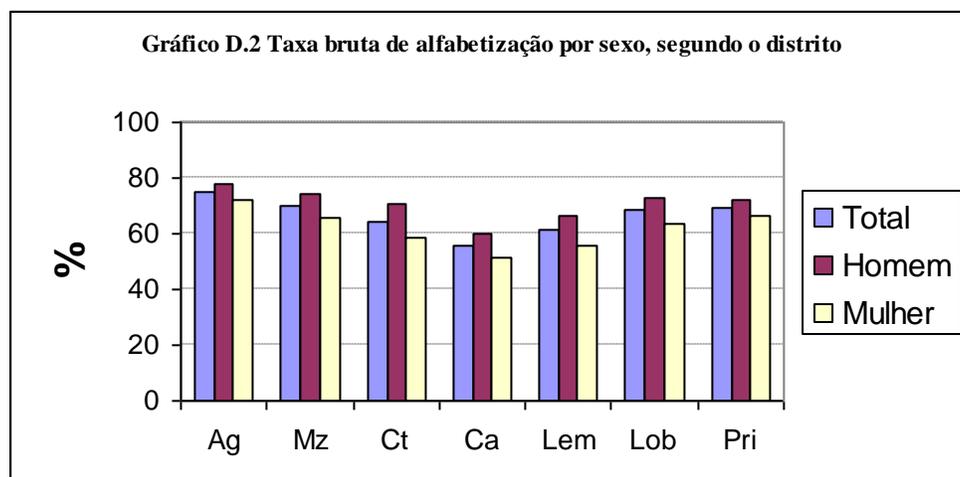


Pode-se assim concluir que as taxas de alfabetização são sempre mais altas no meio urbano que no meio rural e em ambos os casos é sempre relativamente ao sexo feminino que as taxas são mais baixas, conforme se pode observar no gráfico D.1.

D.2. Variações regionais

A taxa de alfabetização é mais elevada no distrito de Água Grande com 75,1%, e é menos elevada em Caué com apenas 56,0%. As taxas brutas de alfabetização podem ser consideradas relativamente elevadas em todos os distritos.

Em todos os distritos as taxas relativas ao sexo masculino são mais elevadas, pois verifica-se uma diferença entre os sexos de 9,5% em detrimento do sexo feminino, que no meio rural apresenta taxas ainda muito baixas, conforme se pode ver no gráfico D.2. A diferença entre os sexos é maior no distrito de Cantagalo, onde a taxa de alfabetização masculina é superior em cerca de 12% à feminina, enquanto que nos outros distritos, a diferença é globalmente inferior a 10%.

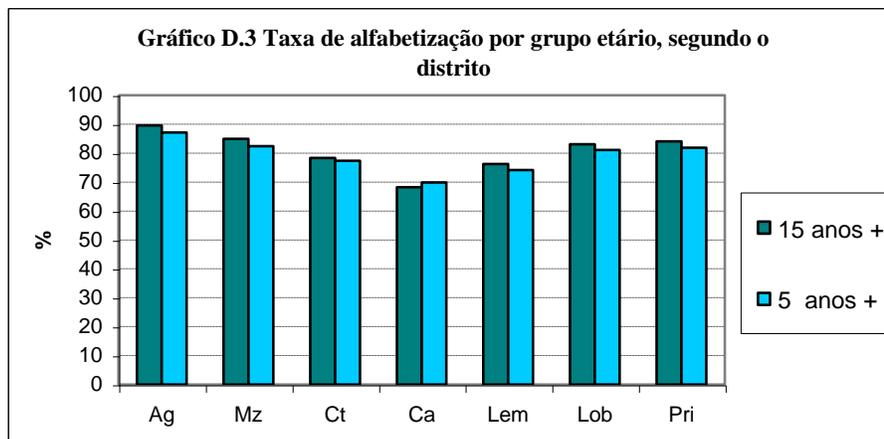


D.3. Alfabetização por sexo e idade

A taxa de alfabetização é de 82,4% se considerarmos a população com idade superior a 5 anos e mais. Porém se considerarmos apenas a população com idade superior a 15 anos, essa taxa eleva-se para 84,7%, pois que, no primeiro caso, é tomada em consideração uma faixa etária onde existe muita gente que ainda não está em idade escolar.

As taxas de alfabetização são assim relativamente elevadas em quase todas as faixas etárias. São mais elevadas nas faixas etárias que vão dos 10-14 anos até aos 30-34 ao nível da população global. São, no entanto, mais elevadas nos homens cujas taxas mantêm-se elevadas mesmo nas idades mais avançadas. Nas mulheres as taxas não só são mais baixas que as dos homens na mesma faixa etária, como também começam a diminuir bruscamente a partir dos 45 anos.

A taxa é mais elevada no distrito de Água Grande, atingindo 89,6%, seguido de Mé-Zóchi com 84,2% e a Região do Príncipe com 84,0%. Os distritos de Caué (68,2%), Lembá (76,2%) e Cantagalo (78,3%), não atingem os 80% , encontrando-se assim numa posição inferior à média nacional (gráfico D.3).



D.4. Alfabetização em 1991 e em 2001

Tabela D.1: Taxa Bruta de Alfabetização por sexo, segundo o meio de residência e distrito (1991/2001)

Local/ Região/Distrito	RGPH 1991			RGPH 2001		
	Total	H	M	Total	H	M
Urbano				72,4	75,7	69,3
Rural				67,1	71,8	62,2
Água Grande	81,6	41,9	39,7	75,1	77,9	72,5
Mé-Zóchi	75,0	41,1	33,9	70,1	74,6	65,7
Cantagalo	67,1	38,6	28,5	64,6	70,6	58,5
Caué	61,9	36,7	25,2	56,0	59,9	51,7
Lembá	64,3	37,3	27,0	61,4	66,6	55,8
Lobata	72,8	40,9	31,9	68,4	73,2	63,4
Príncipe	74,9	40,1	33,0	69,3	72,3	66,1

Os dados do recenseamento de 1991 revelam valores muito superiores de taxas de alfabetização comparativamente aos dados de 2001. Efectivamente, nota-se que no distrito de Água Grande houve um decréscimo de 6,5%, sendo assim o distrito onde essa diferença é mais significativa.

G. LINGUAS FALADAS

O processo de povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe conduziu à existência de várias línguas, resultado de um mosaico cultural num espaço territorial bastante reduzido.

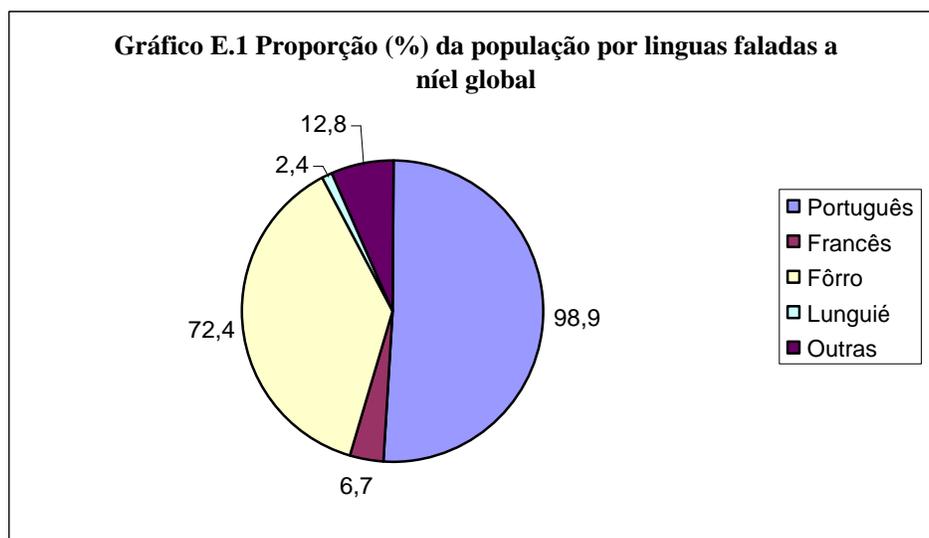
Devido ao processo histórico de povoamento das ilhas e do processo de colonização num ambiente relativamente fechado, a língua do colonizador adquiriu, nesse contexto, um valor sociocultural particular. Efectivamente, o português é, além da língua oficial de trabalho, e portanto, utilizada nos documentos oficiais, a língua de comunicação mais utilizada e considerada por grande parte da população como língua materna.

As línguas locais, utilizadas em paralelo com o português, são apelidadas de “crioulo”, por terem fortes raízes na língua portuguesa, e, geralmente não são escritas. Dessas línguas destacam-se o “Forro”, o “Angolar” e o “Lunguié”.

As questões previstas no recenseamento neste capítulo dizem respeito ao conhecimento da pessoa em relação às principais línguas faladas no país. Além das línguas identificadas na tabela, o questionário fazia referência às línguas “outras” que inclui línguas estrangeiras e não estrangeiras, utilizadas pela população no mosaico linguístico característico do país.

E.1. Ao nível global

Os dados do recenseamento sobre as línguas faladas foram analisados a partir da tabela 9.1 em anexo. As principais línguas faladas são o Português, o Forro, o Lunguie e o Francês. O português é a língua mais falada, pois é utilizada por 98,9% da população (gráfico E.1). Utilizado praticamente de forma transversal ao nível do território, apresenta uma característica particular, que é a sua distribuição quase uniforme pelas diferentes faixas etárias e ao longo de todo o território, não obedecendo assim a um critério etário. Existe, no entanto, uma pequena diferença entre os sexos, sendo que é ligeiramente mais utilizado pelo sexo masculino (99,1%) que feminino (98,7%). Existe um capítulo "Outras".



Das línguas nacionais, destaca-se o "Forro" que, apesar de ser a língua nacional mais falada, apenas é utilizada por 72,4% da população. É falado ao nível de todo o território nacional, e com maior incidência no meio urbano que no meio rural, contrariamente às expectativas. Relativamente aos sexos, nota-se uma maior predominância do sexo feminino na utilização desta língua que ao sexo masculino.

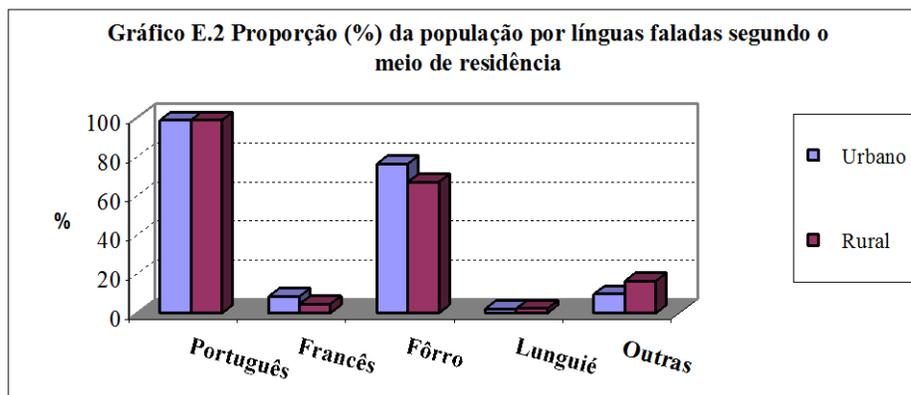
As outras línguas nacionais são faladas por faixas reduzidas da população, como por exemplo o Lunguie que é apenas falado por 2,3% da população.

Não existem diferenças significativas entre os meios urbano e rural relativamente à utilização da língua portuguesa (gráfico E.2). Com efeito, regista-se uma percentagem igual de 98% de utilização desta língua em ambos os meios.

No que se refere a "outras" línguas, nota-se que atinge uma percentagem significativa que vai até aos 12,8% da população. Neste caso a diferença entre os meios urbano e rural é muito importante, pois abrange 16,8% da população rural. Tendo em conta que não foram especificadas quais as línguas que entram neste domínio "outras" e atendendo à existência de várias línguas locais ao longo do território, pode-se compreender que este item reveste-se de uma grande importância, uma vez que abrange várias línguas tais como o crioulo de

Cabo Verde, que é muito praticado nas zonas rurais, e a língua angolara que é muito utilizada no distrito de Caué.

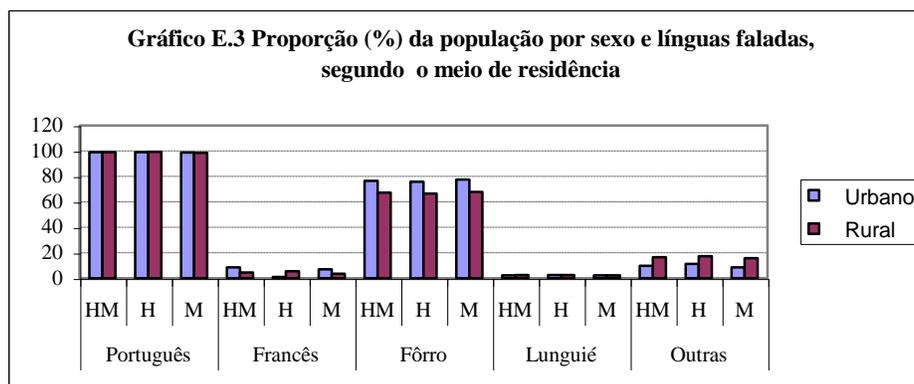
Em relação às línguas estrangeiras, o francês é a mais falada, com uma taxa de 6,7%. Este facto pode dever-se à situação geográfica e a vizinhança com países francófonos, como o Gabão.



Em relação à variação quanto ao sexo, verifica-se uma ligeira diferença, sendo que no sexo feminino, a proporção de pessoas do sexo feminino, que fala o português é ligeiramente inferior ao sexo masculino, no meio rural.

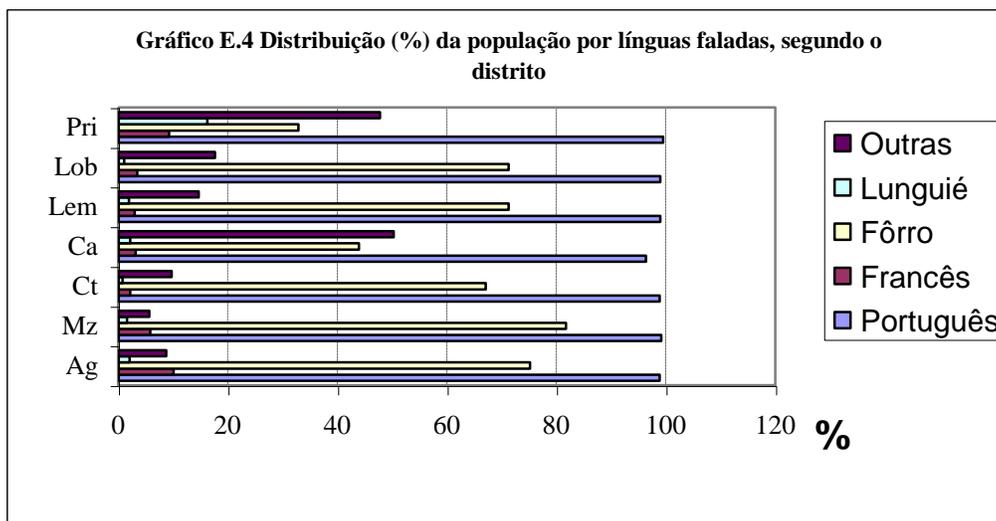
Relativamente ao forro, é mais falado por pessoas do sexo feminino no meio rural. Em relação às línguas "outras", são normalmente mais faladas no meio rural que no meio urbano, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino.

O Lunguie, é ligeiramente mais falado pelas mulheres do meio rural que as do meio urbano e quanto ao francês, é ligeiramente preferido pelas mulheres do meio urbano, os homens do meio urbano utilizam pouco esta língua.



E.2. Variações regionais

O Português é falado correntemente em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe, onde a taxa da utilização é a mais elevada que nos restantes distritos do país, com 99,5% de pessoas que a utilizam (gráfico E.4).



O fôrro é também falado ao nível de todo o território nacional, e é a segunda língua mais falada após o português. Mé Zóchi é o distrito onde a sua utilização é elevada com 81,8% de pessoas que falam esta língua. A Região Autónoma do Príncipe é a localidade onde o fôrro é menos praticado a nível de todo o país.

O Lunguié, originário da ilha do Príncipe, é logicamente mais falado naquela ilha. De uma forma geral, é muito pouco praticada a nível nacional, pois apenas 2,4% de toda a população utilizam correntemente esta língua. Para além do Príncipe, o distrito onde se fala mais o Lunguié é Água Grande, por ser onde se encontra a capital, e provavelmente, onde se podem encontrar muitas pessoas oriundas da ilha do Príncipe.

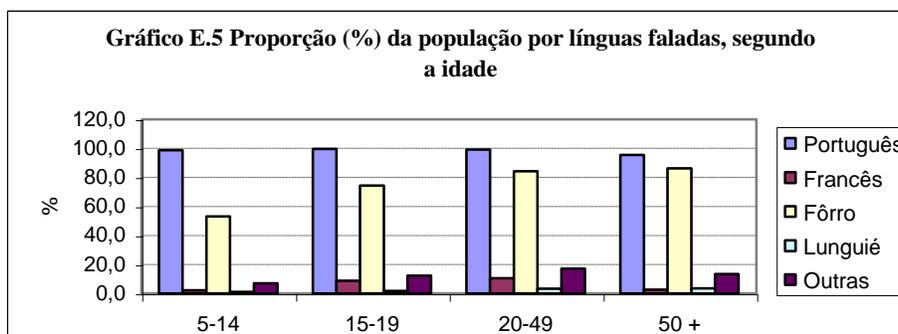
Ainda relativamente a “outras” línguas, nota-se que Caué apresenta uma taxa particular de 50,3%, uma vez que nesse distrito é muito utilizada uma outra língua local, o “Angolar”. Verifica-se um caso curioso na Região Autónoma do Príncipe, onde este item atinge os 47,8%, superior ao Lunguié (16,3%), que é a língua local dessa Região. Em Lobata, este item atinge os 17,7% e em Lembá 14,7%, o que quer dizer que nestes distritos existem fortes comunidades que falam outras línguas, das quais se destaca o crioulo de Cabo Verde, tendo em conta as grandes comunidades cabo-verdianas residentes nesses distritos. A mesma explicação pode ser dada pelo facto das taxas relativamente altas verificadas na Região Autónoma do Príncipe, em Lembá e em Lobata.

E.3. Línguas faladas por idade e sexo

Nota-se neste domínio que, em relação ao Português, apesar de haver uma grande homogeneidade nas diferentes faixas etárias, há uma diminuição das proporções de pessoas que falam esta língua a medida que se avança na idade, o que quer dizer que está sendo utilizada cada vez mais pelas gerações mais jovens. (tabela 9.2 em anexo e gráfico E.5)

Em sentido inverso, verifica-se que o forro é mais utilizado pelas faixas etárias mais velhas, enquanto que os jovens utilizam-no cada vez menos. A mesma reflexão pode ser feita para o Lunguié.

Sobre as "Outras", nota-se pouca variação nas faixas etárias intermédias, enquanto que existem diferenças importantes nas faixas etárias muito jovens, dos 5 a 19 anos e naquelas mais velhas, com mais de 85 anos.



Em relação à língua estrangeira, o francês nas faixas etárias dos 30 aos 50 anos, o que corresponde ao período de vida activa, enquanto que nos jovens as taxas são baixas assim como nos mais velhos. Em relação aos jovens pode-se pensar que há cada vez menos preferência pelo francês, provavelmente a favor de outra língua estrangeira, nomeadamente o inglês, atendendo ao fluxo verificado nos últimos tempos de entrada de nigerianos no país.

CONCLUSÃO

Os dados do recenseamento de 2001 relativamente ao sector da educação permitem-nos ter uma visão da situação real da educação em S. Tomé e Príncipe. Eles revelam a dificuldade que enfrenta o Ministério da Educação para implantar o Sistema Nacional de Educação previsto pela lei em vigor. Para além do sub-sistema geral da educação, que tem uma representação nacional, os outros subsistemas previstos pela lei, apresentam grandes dificuldades de implantação e alguns deles encontram-se inoperantes, como é o caso do sub-sistema de educação de adultos.

Relativamente à população em idade escolar, verifica-se que a maior pressão relativa é exercida pelo grupo etário dos 6-14 anos. O distrito de Água Grande é o que apresenta maior peso relativo, embora o distrito de Caué apresente maior peso de população em idade escolar nos grupos etários mais jovens (3-5 e 6-14 anos), enquanto que para os outros dois grupos, 15-19 e 20-24 anos, esta posição pertença ao distrito de Água Grande.

A população escolarizada apresenta uma estrutura que é coerente com a estrutura da população em idade escolar. Nota-se portanto, uma menor proporção dessa população na faixa etária dos 3-5 anos e uma maior proporção na faixa etária dos 6-14 anos ao qual se segue uma diminuição progressiva nas faixas etárias subsequentes, indicando o peso da faixa etária dos 6-14 anos que correspondente à escolaridade básica, onde há portanto necessidade de maiores investimentos no futuro para o cumprimento dos objectivos do milénio.

Os níveis de instrução da população continuam ainda bastante baixos e nota-se uma população analfabeta de quase 30%. Por outro lado, os outros níveis académicos encontram-se mal implantados no país, nomeadamente, os níveis médios e superiores que têm pouca representação nacional. Verifica-se que apenas no distrito de Água Grande, possui estruturas para funcionamento dos diferentes níveis de educação previstos na lei.

Globalmente, os níveis de alfabetização, têm evoluído pouco ou mesmo regredido em relação aos anos anteriores, nomeadamente ao censo de 1991.

BIBLIOGRAFIA

- Costa, Ana Maria Vera Cruz, 2001 EPT Balanço 2000
- Diário da República N.º 9 Decreto-Lei n.º 18/2000 (134 - 60) - Orgânica do Ministério Da Educação, Juventude e Cultura
- Direcção de Estatística Análise dos dados do Recenseamento Geral da População e da habitação/1991, STP _Sector Educação
- Instituto Nacional de Estatística (2002) III Recenseamento Geral da População e da Habitação, RGPH – 2001- S. Tomé
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde Educação – Censo 2000
- Direcção de Estatísticas, 1996 Volume I - Características Demográficas de STP
- Direcção de Estatísticas, 1996 Volume II - Características socio-económicas da População de STP
- Direcção de Estatísticas, 1996 Volume III - Características demográficas, sócio-económicas da População Feminina de STP
- Direcção de Estatísticas, 1996 Análise do Censo de 1991
- Ministério de Educação, 2000 EPT –Educação Para Todos Até o Ano 2015
- Pires Francisco Colectânea de Legislação de 1975 a 1989 – Volume V

ANEXO

Tabela 2.1 : Efectivos da população em idade escolar e proporção em relação à população total de cada distrito, por grupos etários específicos

Região/Distrito	Grupo etário específico									
	3-5 anos		6-14 anos		15-19 anos		20-24 anos		Total (3-24 anos)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Água Grande	4.052	7,8	11.948	23,0	7.102	13,7	5.968	11,5	29.070	56,0
Mé-Zóchi	3.060	8,7	8.888	25,3	4.387	12,5	3.644	10,4	19.999	57,0
Cantagalo	1.222	9,2	3.344	25,2	1.586	12,0	1.232	9,3	7.384	55,7
Caué	586	10,7	1.461	26,6	613	11,1	431	7,8	3.091	56,2
Lembá	1.067	10,0	2.645	24,7	1.279	12,0	1.005	9,4	5.996	56,1
Lobata	1.337	8,8	3.847	25,3	1.813	11,9	1.447	9,5	8.444	55,6
Príncipe	550	9,2	1.408	23,6	788	13,2	553	9,3	3299	55,3
Total	11.874	8,6	33.541	24,4	17.568	12,8	14.300	10,4	77.283	56,2